Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014

Priscilla de Oliveira Martins-Silva
Universidade Federal do Espírito Santo / Departamento de Administração, Vitória – ES, Brasil
Annor da Silva Junior
Universidade Federal do Espírito Santo / Departamento de Ciências Contábeis, Vitória – ES, Brasil
Guilherme Gustavo Holz Peroni
Universidade Federal do Espírito Santo / Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Departamento de Gestão da Informação, Vitória – ES, Brasil
Carolina Porto de Medeiros
Universidade Federal do Espírito Santo / Departamento de Administração, Vitória – ES, Brasil
Nádia Ortolan da Vitória
Universidade Federal do Espírito Santo / Departamento de Administração, Vitória – ES, Brasil

Resumo
A teoria das representações sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici na década de 1960, tem passado por um processo de crescimento e expansão, deixando de ser um corpo de conhecimento da psicologia social para alcançar diversos campos e áreas do conhecimento. Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa bibliométrica acerca da produção científica que envolve a utilização da TRS no campo dos estudos organizacionais (EO), referente ao período de 2001 a 2014. Foram investigadas publicações em eventos científicos organizados pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) e em periódicos brasileiros classificados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis Capes, para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo, relacionados aos EO. Foram identificados 90 artigos, dos quais 67 foram publicados em 7 eventos científicos (do total de 27 edições) e 23 foram publicados em 6 periódicos. Deste total, 83 são de natureza teórico-empírica e apenas 7 são teóricos. A pesquisa bibliométrica permitiu identificar que a utilização da TRS nos EO ainda é incipiente e que, nos artigos investigados, os autores utilizam a TRS de forma superficial, sem explorar o potencial que essa teoria proporciona para a compreensão dos fenômenos sociais. Além disso, foi possível constatar nos textos investigados algumas inconsistências teóricas e metodológicas no uso da TRS, merecendo destaque o tratamento equivocado dos objetos representacionais, a adaptação reducionista do conceito de representações sociais (RS) e a utilização da TRS como método de pesquisa. Como contribuição, aponta-se a necessidade de evolução e amadurecimento da TRS nos EO, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Palavras-chave: Estudos Organizacionais. Teoria das Representações Sociais. Representações Sociais.

The social representation theory in Brazilian organizational studies: a bibliometric analysis from 2001 to 2014

Abstract
The social representation theory (SRT) proposed by Serge Moscovici in the 1960s has gone through a process of growth and expansion, ceasing to be a body of knowledge in the social psychology field to reach various fields and areas of knowledge. This article aims to show the results of a bibliometric survey on the literature concerning the use of the SRT in the field of organizational studies (OS), within the period from 2001 to 2014. We analyzed papers in scientific events organized by the Brazilian National Association of Graduate Programs in Administration (ANPAD) and in Brazilian journals classified as levels A1, A2, and B1 by Qualis Capes, in the areas of Administration, Accounting, and Tourism, and which are related to the OS. We identified 90 articles, out of which 67 were published in 7 scientific events (out of a total of 27 editions), and 23 were published in 6 journals. Out of this total, 83 have a theoretical and empirical nature, and only 7 are exclusively theoretical. The bibliometric survey allowed us to ascertain that the use of the SRT in OS is still incipient, and that, in the articles addressed, authors used the SRT in a superficial manner, without exploring the potential provided by this theory for the understanding of social phenomena. In addition, we managed to observe some theoretical and methodological inconsistencies concerning the use of the SRT in the texts under analysis, of which it is worth highlighting the mistaken approach to representational objects, the reductionist adaptation of the concept of social representation (SR), and the use of the SRT as a research method. As a contribution, we point out the need for evolution and maturation of the SRT in the OS, both in quantitative and qualitative terms.

Keywords: Organizational Studies. Social Representation Theory. Social Representation.

Teoría de las representaciones sociales en los estudios organizacionales en Brasil: análisis bibliométrico 2001-2014

Resumen
La teoría de las representaciones sociales (TRS), propuesta por Serge Moscovici en la década de 1960, ha sido objeto de uno proceso de crecimiento y expansión, dejando de ser un cuerpo de conocimiento de la psicología social para lograr diversos campos y áreas de conocimiento. Este artículo tiene como objetivo presentar los resultados de una búsqueda bibliométrica de estudios científicos que impliquen el uso de la TRS en el campo de los estudios organizacionales (EO) para el período 2001-2014. Se investigó artículos publicados en eventos científicos organizados por la Asociación Nacional de los Programas de Posgrado en Administración de Empresas (ANPAD) y en las revistas brasileñas clasificadas en los estratos A1, A2 y B1 del Qualis Capes, para el área de Administración, Contabilidad y Turismo, relacionados con los estudios organizacionales. Se han identificado 90 artículos, de los cuales 67 fueron publicados en 7 eventos científicos (un total de 27 ediciones) y 23 fueron publicados en 6 revistas. De este total, 83 son naturaleza teórica y empírica y sólo 7 son teóricos. La investigación bibliométrica identifica que el uso de TRS en el EO es aún incipiente y que en los artículos investigados, los autores usan la TRS superficialmente, sin explorar su potencial para la comprensión de los fenómenos sociales. Por otra parte, se observó en los textos investigados algunas inconsistencias teóricas y metodológicas en el uso de TRS, con énfasis en el tratamiento incorrecto de objetos de representación, la adaptación reduccionista del concepto de representaciones sociales (RS) y el uso de TRS como método de investigación. Como una contribución, se advierte la necesidad de evolución y maduración de la TRS en EO, tanto en términos cuantitativos como y cualitativos.

Palabras clave: Estudios Organizacionales. Teoría de las Representaciones Sociales. Representaciones Sociales.

Artigo submetido em 7 de setembro de 2015 e aceito para publicação em 1 de junho de 2016.

A pesquisa contou com o apoio da FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395155900

INTRODUÇÃO

A teoria das representações sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici em 1961, com a publicação da obra *Psychanalyse: son image et son public*, era caracterizada como uma abordagem inovadora em relação à psicologia social tradicional da época. Nessa nova forma de entender a psicologia social, tanto os comportamentos individuais como os fenômenos sociais são apreendidos de acordo com seu contexto histórico, sem desconsiderar os conteúdos dos fenômenos sociais.

Embora o surgimento da TRS tenha ocorrido dentro do campo de conhecimento da psicologia social, seu alcance não se restringe a ele, pelo contrário, a teoria tem suscitado muito debate, desenvolvimento teórico e pesquisa em diversos domínios (EICHER, EMERY, MARIDOR et al., 2011). O próprio Serge Moscovici "qualificaria sua abordagem não como um modelo [com todas as implicações que um modelo possui], tampouco como um paradigma [embora mais amplo que um modelo, mas não menos limitante], mas sim como um 'olhar'" (PHILOGENE, 2011, p. 380). É a partir dessa condição que a abordagem moscoviciana apresentou-se como uma alternativa interessante e, ao mesmo tempo, inovadora para as ciências sociais, na medida em que contribui para a compreensão da construção do pensamento e do conhecimento do senso comum na vida cotidiana, em especial na sua gênese e no seu uso nas interações sociais que se desenvolvem nos contextos contemporâneos (ALMEIDA, 2009).

De fato, o estudo das representações sociais (RS) permite a articulação entre a psicologia social e outras áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais, inclusive das ciências sociais aplicadas. O conceito de RS está estruturado de tal forma que abrange a relação dos mecanismos sociocognitivos do pensamento social, como a linguagem, a ideologia, o simbólico e o imaginário, sendo um campo fértil para essas áreas do conhecimento (JODELET, 2001). Atualmente, já se verificam estudos em RS em sociologia, antropologia, linguística, ciências políticas, educação, história, serviço social, comunicação, saúde, educação e, também, administração, que inclui os estudos organizacionais (EO) (ALMEIDA, 2009; PIMENTEL, 2007).

A administração (ou ciência administrativa) teve seu desenvolvimento realizado durante o século XX sob a influência do paradigma positivista em que predominavam o modelo industrial mecânico, as estruturas organizacionais rígidas e a concepção de homem operacional com características psicológicas que se conformavam com as regras impostas pelo sistema capitalista

[*] Fonte da imagem: SerParaAção Blogspot. Disponível em <http://serparacao.blogspot.com.br/2011_05_01_archive.html>. Acesso em 15 jun. 2016.

(MOZATTO e GRZYBOVSKI, 2013). Esse desenvolvimento foi baseado em pressupostos modernistas compatíveis com a lógica capitalista de acumulação de riquezas, favorecimento de grupos dominantes em detrimento de grupos dominados e ausência de crítica (SOUZA, SALDANHA e ICHIKAWA, 2004).

O inconformismo com essas características originais da administração motivou pesquisadores e estudiosos a buscar uma abordagem mais crítica para o campo e propor novas abordagens teóricas favorecendo o surgimento dos EO. Reed (1996) defende que o campo dos EO, enquanto prática intelectual dinâmica permeada de controvérsias teóricas e conflitos ideológicos, constitui-se em torno da questão de como a organização pode e deve ser. Nesse contexto, Burrell e Morgan (1979) é a obra mais referenciada no campo, por ter produzido um relevante impacto ao definir pressupostos para a metateoria e demarcar 4 paradigmas para a análise organizacional, que permitiram a definição de posições teóricas e metodológicas (HASSARD e COX, 2013).

Reed (1996) caracteriza os EO como um campo *historicamente contestado*, marcado por disputas teóricas, em que diferentes línguas, abordagens e filosofias lutam por reconhecimento e aceitação (sempre sujeitas a contestação) que possibilitam a construção do conhecimento organizacional. Diante dessa diversidade, o campo dos EO proporciona inúmeras possibilidades de investigação do universo organizacional em que múltiplas formas de conversação podem ser estabelecidas. Dentre essas possibilidades de investigação, focaliza-se neste estudo a conversação entre a TRS e os EO como possibilidade de compreender o fenômeno organizacional. Para nortear o foco do estudo definiu-se a seguinte questão de pesquisa: "Qual é a característica da produção científica publicada em eventos científicos e em periódicos brasileiros no campo de conhecimento dos estudos organizacionais que utilizou a teoria das representações sociais?".

O objetivo central foi realizar uma pesquisa bibliométrica (ARAÚJO, 2006), com vistas a identificar as características da referida produção científica entre os anos de 2001 e 2014, tendo por escopo 7 categorias, como será explicitado na seção que apresenta o método de pesquisa.

A pesquisa bibliométrica acerca da utilização da TRS nos EO encontra justificativa em diversos argumentos teóricos e metodológicos, todos respeitando a natureza dos EO como um campo *historicamente contestado* que viabiliza o desenvolvimento do conhecimento organizacional (REED, 1996). Destacam-se como argumentos que justificam o estudo: (1) a própria concepção de RS que permite a compreensão da construção e do uso do conhecimento na vida real cotidiana (JODELET, 2001), no caso específico dos EO e dos fenômenos organizacionais; (2) o quadro teórico que a TRS oferece para a apreensão de comportamentos individuais e de fenômenos sociais por levar em consideração a perspectiva histórica, o que permite uma alternativa teórica para a compreensão dos fenômenos organizacionais sem, contudo, excluir outras possibilidades de análise; (3) a ausência de estudos bibliométricos que relacionem a TRS aos EO; e (4) a carência de um mapeamento acerca dessa relação, com vistas a compreender melhor como os pesquisadores do campo dos EO vêm utilizando a TRS do ponto de vista teórico e metodológico.

No sentido de contribuir com a compreensão do uso da TRS no campo dos EO, este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se a TRS como um campo de conhecimento, seus processos formadores, os desdobramentos teóricos e metodológicos e suas críticas; na terceira seção são elaboradas considerações acerca do campo dos EO; na quarta seção são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa; na quinta temos a apresentação dos resultados; na sexta temos a discussão dos resultados; e na sétima são apresentadas nossas considerações finais.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO CAMPO DE CONHECIMENTO

No período de mais de cinquenta anos de sua existência, a TRS passou por um amplo processo de crescimento e de divulgação nos cinco continentes e em diversas áreas do conhecimento. No Brasil, estudos que abordam a teoria surgiram na década de 1980 e seu processo de disseminação ocorreu inicialmente por meio de professores vinculados a universidades localizadas no Centro-Oeste e no Nordeste que obtiveram seu doutoramento com Serge Moscovici e Denise Jodelet em Paris, na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). O desenvolvimento de pesquisas utilizando a TRS colocou em evidência seu valor heurístico, fazendo com que a teoria fosse amplamente investigada e utilizada. Atualmente, o estudo das RS encontra-se em

plena expansão no Brasil e observa-se uma clara ampliação das áreas que têm aderido a esse referencial (ALMEIDA, 2009), inclusive a administração e os EO (PIMENTEL, 2007).

Segundo Arruda (2011), Serge Moscovici lança um olhar construcionista sobre a realidade *avant la lettre* (antes de existir o próprio termo construcionista). Isso significa que uma questão importante para a construção da teoria é o abandono de uma visão dicotômica entre os polos, tais como indivíduos-sociedade, racional-afetivo, pensamento social-pensamento individual. Ou seja, o que se propõe é o engendramento do indivíduo e da realidade social. Nas palavras de Moscovici (2012, p. 45): "consideramos que não existe recorte entre o universo exterior e o do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são totalmente heterogêneos em seu campo comum".

Nessa perspectiva, chama atenção a participação ativa do indivíduo em sua realidade. Assim, o indivíduo interfere, age, modifica e também assimila (mas não apenas) a sua realidade. Essa relação entre indivíduo e realidade que se dá por meio dos grupos sociais pode ser considerada intrinsecamente dialética (PHILOGENE, 2011), isso porque o sujeito e o objeto em sua relação se fundem e se transformam (TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011).

A TRS tem como questão central a compreensão da construção e do uso do conhecimento na vida real cotidiana. O conceito de RS é proposto a partir dessa teoria. As RS são fenômenos complexos construídos no cotidiano pelos indivíduos, que têm por função tornar familiar o não familiar, em uma dinâmica na qual o objeto é reconhecido e compreendido a partir de uma experiência anterior. A experiência comporta "uma dimensão cognitiva na medida em que ela favorece uma experimentação do mundo e sobre o mundo e contribui para a construção de realidades segundo categorias ou formas socialmente dadas" (JODELET, 2005a, p. 32). A partir disso, as RS são entendidas como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JODELET, 2001, p. 22). As RS são, então, estruturadas no contexto social por meio da comunicação entre as pessoas, com o objetivo "de moldar a visão e constituir a realidade na qual se vive" (MOSCOVICI, 2001, p. 61).

Considerando as questões apresentadas, as RS referem-se às teorias construídas pelo senso comum para explicar a realidade que circunda o indivíduo; entretanto, vale ressaltar que não há uma única teoria do senso comum, mas várias, sob os mais diversos temas. Dessa forma, o que existe é uma sociedade pensante, que tem sua própria lógica, diferente da lógica científica.

Os processos formadores das representações sociais

As RS concebidas por Serge Moscovici em sua obra inaugural levaram o autor a formular dois conceitos centrais: objetivação e ancoragem. Segundo Moscovici (2012), a formação de uma RS implica atividades que transformam aquilo que não é familiar em algo familiar por meio dos processos de objetivação e de ancoragem. Em sua pesquisa, Serge Moscovici estudou como o saber científico sobre a psicanálise foi ancorado e objetivado pelo senso comum.

A objetivação tem por função dar materialidade a um objeto abstrato, duplicar um sentido por um objeto (ALMEIDA, 2005), ou seja, tornar concreto aquilo que é abstrato, com vistas a compreender como um conceito ou fenômeno adquire materialidade (MOSCOVICI, 2009; TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011); "como exemplo, lembra o fato de comparar Deus a um pai, o que faz com que a pessoa preencha a mente e desperte os sentimentos correspondentes" (LEME, 1995, p. 49). No processo de objetivação, determinadas informações são privilegiadas em detrimento de outras, dessa forma, o indivíduo as simplifica e as dissocia de seu contexto original de produção e as associa ao contexto do conhecimento imagético do sujeito ou do grupo (TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011). Esse processo permite ao sujeito, a partir de concepções que lhe são familiares, transformar o abstrato e complexo em uma imagem concreta e inteligível, ou seja, a objetivação proporciona ao indivíduo a compreensão e a construção da realidade à sua volta.

O processo de ancoragem tem a função de dar sentido a um objeto dentro de um contexto, ou seja, "ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar" (MOSCOVICI, 2009, p. 60-61). Esse processo ocorre quando há a "incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais aos indivíduos e que lhes estão facilmente disponíveis na memória" (ALMEIDA, 2005, p. 126). Dessa forma, a ancoragem permite ao indivíduo integrar "o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando-o e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com a sua inserção social" (TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011, p. 110). Na pesquisa de Moscovici (2012), o processo de ancoragem transforma a ciência em um sistema de

significações que são familiares ao indivíduo. Por meio do estudo da ancoragem de objetos sociais, é possível compreender o jogo cultural, assim como, as características históricas, regionais e institucionais da produção de sentido.

Em suma, os processos de objetivação e de ancoragem são responsáveis por transformar o não familiar em familiar. Para isso, transferem determinado objeto para a esfera particular do sujeito de forma que o indivíduo possa interpretá-lo e compará-lo; e, em seguida, possibilitam que o indivíduo reproduza tal objeto como algo que possa ver, tocar e controlar (MOSCOVICI, 2012; TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011; ALMEIDA, 2005).

Na ancoragem e na objetivação, é preciso decidir se o que está sendo avaliado é semelhante ou é diferente de um modelo e essa decisão não é neutra, "ela implica uma atitude para com a pessoa ou coisa e um desejo de considerá-la normal ou desviante" (LEME, 1995, p. 49). A participação dos afetos, vista dessa perspectiva, é de grande importância para o maior entendimento das RS, já que os afetos são os mediadores em sua constituição, ou seja, é por meio dos afetos que são constituídos os vínculos com os grupos, com as ideias e com a visão de mundo do indivíduo (JODELET, 2001).

Desdobramentos teóricos e metodológicos da teoria das representações sociais

Ao longo de sua existência, a TRS tem possibilitado desdobramentos teóricos e metodológicos, que permitiram o aprofundamento da proposta original de Serge Moscovici. Para facilitar a compreensão do leitor, subdividiu-se esta subseção para tratar separadamente tais desdobramentos.

Desdobramentos teóricos da teoria das representações sociais

O corpo teórico proposto originalmente no Serge Moscovici ficou conhecido no campo como a *grande teoria* (ARRUDA, 2002; SÁ, 1996; DOISE, 1993), por ter apresentado as proposições básicas e os conceitos centrais da TRS, como, por exemplo, o conceito de RS e dos processos formadores das RS já abordados nas subseções anteriores. O surgimento desses desdobramentos se deveu, pelo menos em parte, à resistência de Serge Moscovici em definir com precisão os termos teórico-conceituais, o que parece ter tido como efeito "impedir a cristalização prematura dos conjuntos operacionalizados de conceitos, hipóteses e técnicas de pesquisa que terminassem por constituir 'microteorias' autônomas em relação à 'grande teoria'" (SÁ, 1996, p. 8). Essa forma de operacionalizar a TRS permitiu construir abordagens complementares que proporcionam descrições mais detalhadas de certas estruturas, assim como de seu funcionamento, e que se mostram compatíveis com a teoria geral.

Verifica-se a existência de pelo menos três abordagens. Uma é a abordagem estrutural, que tem sido desenvolvida na região do Midi, na França, cujo principal representante foi Jean Claude Abric. Essa abordagem centra-se nos processos sociocognitivos, com o estudo das estruturas das RS a partir da teoria do núcleo central. Outra abordagem é a utilizada por Willem Doise, desenvolvida em Genebra, e tem uma ênfase mais sociológica, pois apresenta como objetivo estudar as condições de produção e circulação das RS. A terceira é a abordagem culturalista, ou processual, da qual Denise Jodelet é a grande expoente. Esta abordagem é a que mantém relação mais estreita com a proposta original de Serge Moscovici, por privilegiar o enfoque histórico e cultural (ALMEIDA, 2005).

A teoria do núcleo central tem por objetivo identificar as estruturas representacionais, procurando entender a constituição das RS, seu conteúdo e sua estrutura, para compreender, com isso, seu funcionamento. Jean Claude Abric propõe que as RS são organizadas em torno de um núcleo central, constituído por um ou mais elementos, e que estes organizam e dão significado às RS. Dessa forma, o núcleo central tem duas funções essenciais na estruturação e no funcionamento das RS:

> [...] uma função geradora: ele é o elemento pelo qual se cria, ou se transforma, a significação dos outros elementos constitutivos da representação. É por eles que esses elementos tomam um sentido, um valor [e] uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação. Ele é nesse sentido o elemento unificador e estabilizador da representação (ABRIC, 2000, p. 31).

Além dessas funções, o núcleo central tem a propriedade de estabilidade, isto é, o núcleo central é o elemento mais estável de uma RS. Essa propriedade assegura a continuidade das RS em contextos móveis e evolutivos. Os elementos do núcleo

central são determinados pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas e, por isso, são coletivamente partilhados e, portanto, mais resistentes a mudanças (ABRIC, 2000).

Em torno do núcleo central, e como seu complemento indispensável, organizam-se os elementos periféricos que constituem a interface entre a realidade concreta e o sistema central, por isso, são mais flexíveis e móveis. Tais elementos possuem três funções primordiais: (1) a função de concretização, que é a concretização do sistema central em termos de tomada de posições e conduta: os elementos periféricos possibilitam a interface entre a realidade e o núcleo central, dessa forma, também possibilitam a elaboração das RS e sua utilização em termos concretos, compreensíveis e transmissíveis; (2) a função de regulação e adaptação do sistema central às evoluções do contexto: os elementos centrais são estáveis e de difícil mudança, assim, são os elementos periféricos que constituem o aspecto móvel e evolutivo das RS; e (3) a função de defesa: os elementos periféricos funcionam como um sistema de defesa do núcleo central, já que, no caso de haver uma mudança dos elementos do núcleo central, ocorrerá uma alteração completa da representação. Com isso, em caso de transformações da representação, estas ocorrerão primeiro nos elementos periféricos – mudança de ponderação, interpretações novas, integração condicional de elementos contraditórios. É no sistema periférico que poderão aparecer e ser toleradas contradições (ABRIC, 2000).

Esse desdobramento teórico tem contribuído para o estudo da configuração das RS, assim como de reconfigurações e transformações profundas das representações (no nível do núcleo central) (FLAMENT, 2001) e, também, para a identificação das variações presentes em uma mesma RS (TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011). São representações que se diferenciam não pelo seu objeto social, mas pelos grupos que as partilham. Nesse caso, as RS passariam por transformações estruturais à medida que transitam por espaços sociais diferentes, sustentadas por grupos sociais distintos (TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011).

Outro desdobramento teórico, denominado abordagem societal das RS, apresenta uma abordagem tridimensional para estudar as RS. Essa abordagem tem grande coerência com a obra seminal de Serge Moscovici, particularmente nas dinâmicas de comunicação (difusão, propagação e propaganda) que estão presentes na formação das RS (ALMEIDA, 2009). A abordagem tridimensional está apoiada em uma hipótese específica para cada fase.

A primeira hipótese articula que os diferentes membros de uma população partilham crenças, valores, opiniões e afetos acerca de certo objeto social. Nesse sentido, as RS de um objeto social são compartilhadas entre os membros de uma sociedade por meio das relações de comunicação que supõem linguagem e referências comuns àqueles inseridos nessas trocas simbólicas (DOISE, 2002).

A segunda hipótese refere-se

> [...] à natureza das tomadas de posições individuais em relação a um campo de RS. A teoria das representações sociais deve explicar como e porque os indivíduos se diferenciam entre si nas relações que eles mantêm com essas representações. Isto implica que essas variações nas tomadas de posição individuais são organizadas de uma maneira sistemática (DOISE, 2002, p. 30).

A terceira hipótese considera que as diferenças observadas nas RS devido às diferentes posições individuais são ancoradas em outras realidades simbólicas e coletivas. Dessa forma, o processo de tornar o conteúdo de determinado objeto social inteligível se constrói "nas hierarquias de valores, nas percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro, em função de sua pertença e posição" (ALMEIDA, 2009, p. 728).

O terceiro desdobramento teórico, denominado culturalista ou processual, tem por foco central a análise dos processos responsáveis pela construção das RS. Denise Jodelet, sua principal expoente, especifica as características e fases da construção das RS procurando estabelecer como os mecanismos sociais e os processos interpretativos do grupo interferem na elaboração das RS e como essa elaboração interfere na interação social.

Como apontam Mendonça e Lima (2014), essa abordagem propõe que as RS se configuram como uma forma de conhecimento prático orientado à comunicação e à compreensão do contexto social, material e ideativo em que se vive. As RS são formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias e teorias, por exemplo), mas que não se reduzem a esses elementos. Por ser socialmente elaboradas e compartilhadas, as RS contribuem para a construção de uma realidade comum que possibilita a comunicação.

Em seu estudo clássico sobre as RS da loucura, Jodelet (2005b) apresenta a dinâmica de familiarização com o objeto social no qual se dá a distorção ou revestimento da realidade em favor do sistema interpretativo do grupo, processo que é apoiado nos valores normativos, os quais possuem poderosas significações em torno dos objetos sociais. A dinâmica de familiarização perpassa três níveis que produzem efeitos nos conteúdos representacionais: distorção, suplementação e subtração.

A distorção é o processo que permite que todos os atributos do objeto representado estejam presentes, porém, acentuados ou atenuados, de modo específico. A suplementação consiste em conferir atributos e conotações que não são próprias ao objeto representado, resultando em um acréscimo de significações devido ao investimento do indivíduo no objeto. A subtração corresponde à supressão de atributos pertencentes ao objeto: na maior parte dos casos, resulta do efeito repressivo das normas sociais (JODELET, 2001).

Como aponta Sá (1996), esses desdobramentos teóricos não constituem abordagens incompatíveis na TRS, pelo contrário, representam abordagens complementares da grande teoria concebida por Serge Moscovici, por possuir a mesma matriz básica, porém, cada uma das três abordagens tem sua especificidade. De forma geral, as diferentes abordagens buscam verificar: 1) o processo de formação e transformação das RS; 2) os elementos constituintes da RS de um objeto; e 3) as RS como orientadoras das práticas. Essas três possibilidades podem, ainda, relacionar possíveis diferenças em grupos com contextos sociais diferentes. De acordo com a complexidade da metodologia adotada, esses estudos buscam responder a mais de uma das questões expostas (MARTINS-SILVA, 2009).

Além dessas abordagens, há outros desdobramentos relevantes no campo da TRS, como é o caso da perspectiva de Marková (2000), para quem a TRS e a comunicação pertencem a um conjunto de abordagens que estudam a interdependência entre o conhecimento individual e o conhecimento socialmente compartilhado, os quais têm por base uma epistemologia dialógica. Nesse sentido, Marková (2000; 2006; 2008) articula a TRS com o conceito de dialogicidade. Para a autora, a dialogicidade é fonte do pensamento humano e da linguagem e, com base na TRS, ela pressupõe que tanto o pensamento social quanto a linguagem se caracterizam como fenômenos sociais em processo de mudança. Como forma de ampliar a compreensão do processo dialógico, Marková (2000) articula os conceitos de *themata* e de gênero comunicativo com os conceitos de ancoragem e de objetivação (MOSCOVICI, 2012).

Com isso, observa-se que a TRS e seus desdobramentos teóricos configuram-se como um corpo de conhecimento em processo de evolução, com capacidade de articular-se com outras abordagens teóricas. Uma possibilidade de conversação que se propõe é a interlocução entre a TRS e os EO.

Desdobramentos metodológicos da teoria das representações sociais

O estudo inaugural da TRS realizado por Moscovici (2012) teve como método o *survey* com uma amostra da população francesa e a pesquisa documental realizada em materiais jornalísticos para investigar os processos de comunicação na construção e organização das RS. A despeito da utilização desses tipos de abordagens metodológicas terem inaugurado a teoria, a TRS não ficou restrita a essa opção metodológica. Pelo contrário, a complexidade do fenômeno das representações sociais e as amplas possibilidades de questões de pesquisa a ser respondidas por meio do estudo das representações sociais pressupõe uma ampla possibilidade de alternativas metodológicas (SOTIRAKOPOULOU e BREAKWELL, 1992).

Segundo Nascimento-Schulze e Camargo (2000, p. 287-288), os estudos em RS possuem duas orientações, sendo uma “voltada para questões culturais e históricas, que busca compreender os processos que geram e mantém representações vivas nas interações entre os indivíduos e grupos sociais” e, outra “voltada para as questões estruturais das representações sociais, compartilhadas tanto em nível cognitivo quanto linguístico”. Essas orientações, somadas à complexidade dos fenômenos investigados pela TRS, sugerem a adoção tanto da abordagem qualitativa quanto da quantitativa e uma ampla diversidade de métodos e de procedimentos para a coleta e a análise de dados, abrangendo, por exemplo, a observação etnográfica, experimentação, estudo de caso, entrevistas em profundidade, associação livre, grupos focais, triangulação de dados, análise de conteúdo, análise do discurso etc. (NASCIMENTO-SCHULZE e CAMARGO, 2000; WAGNER, DUVEEN, FARR et al., 1999; SOTIRAKOPOULOU e BREAKWELL, 1992; FLICK, 1992).

Essa diversidade metodológica favorece a compreensão de um fenômeno complexo, que são as representações sociais. Nesse sentido, Jodelet (2001) afirma que a diversidade de abordagens metodológicas possibilita o recorte de setores de estudos

específicos relacionados à TRS. Segundo a autora, essa diversidade associada a outros fatores característicos do campo favorece a construção de pesquisas coerentes, dotadas de instrumentos conceituais e empíricos sólidos.

A possibilidade da construção de pesquisas coerentes e sólidas no âmbito da TRS apontada por Jodelet (2001), associada à possibilidade de conversação teórica entre a TRS e os EO, representa um avanço em termos teóricos e metodológicos na investigação do fenômeno organizacional. Além disso, o campo dos EO, bem como o da TRS, parece configurar estudos que permitem a articulação de uma diversidade metodológica capaz de lidar com a complexidade dos fenômenos organizacionais e das RS.

Críticas à teoria das representações sociais

No período de mais de 50 anos de sua história, a TRS tem produzido um solo fértil para a compreensão dos fenômenos sociais e hoje representa um dos maiores *frameworks* que constituem o conhecimento na psicologia social (JOVCHELOVITCH, 1996). A despeito de toda a sua relevância para o campo da psicologia social e para outras áreas do conhecimento (EICHER, EMERY, MARIDOR et al., 2011; ALMEIDA, 2009), a TRS tem recebido diversas críticas, tanto da psicologia social anglo-saxônica de forma mais ampla (RÄTY e SNELLMAN, 1992) quanto da psicologia discursiva britânica (VOELKLEIN e HOWARTH, 2005; POTTER e EDWARDS, 1999); bem como tem recebido apoio de pesquisadores que a defendem (JODELET, 2001; JOVCHELOVITCH, 1996), provocando um debate que enriquece a própria teoria. Apresenta-se nesta subseção algumas das principais críticas recebidas pela TRS, como forma de estabelecer um contraponto com os argumentos favoráveis à TRS apresentados ao longo do artigo.

Dentre as críticas recebidas pela TRS destaca-se, por exemplo, o ponto de vista de Jahoda (1988), que considera que a definição de RS é vaga. Segundo o autor, há falta de clareza na distinção entre RS e representações coletivas; além disso, não há uma definição da abrangência do conceito (caráter generalista ou específico das RS), o que não permite a adequada compreensão da relação das RS com a cultura, a ideologia e o pensamento grupal. Além desses aspectos, o autor questiona o potencial explicativo das RS, em razão da imprecisão na identificação das RS como uma variável dependente ou independente.

Potter e Litton (1985) também assumem posição crítica em relação à TRS ao afirmar, entre outros aspectos, que a noção de RS pode ser considerada um conceito em busca de uma teoria e não uma teoria propriamente dita. Isso porque, segundo os autores, Serge Moscovici foi relutante em oferecer uma definição precisa para as RS. Além disso, os autores criticam a ausência de uma orientação teórica comum nas pesquisas realizadas em TRS, além da falta de tentativa de desenvolver as formulações teóricas originais nas pesquisas.

Outro aspecto diz respeito à concepção de grupo, que é considerado pelos críticos da TRS problemático e circular. Para Räty e Snellman (1992), há um círculo vicioso ao se identificar RS por meio de grupos e assumir que grupos definem RS. Para os autores, Serge Moscovici não oferece nenhuma técnica analítica explícita capaz de identificar grupos independentemente de suas próprias representações e caracterizações.

Ainda sob o aspecto da concepção de grupo, Harré (1984) é da opinião de que a TRS não conseguiu se libertar do paradigma individual. Para o autor, o ponto de partida de Serge Moscovici, de modo similar ao ponto de vista estatístico de consensualidade, é a pluralidade distributiva. Segundo Harré (1984), essa é uma concepção individualista, pois se preocupa com o compartilhamento de atributos individuais. Para o autor, o oposto de pluralidade distributiva é pluralidade coletiva, que tem por base a ideia de que grupo (conceito supraindividual) tem atributos que nenhum membro individual do grupo possui. Em razão disso, para Harré (1984), as RS são reduzidas à noção de representações individuais.

Ao analisar comparativamente a TRS e a psicologia discursiva, Potter e Edwards (1999) abordam um conjunto de questões fundamentais relacionadas a aspectos como ação, representação, comunicação, cognição, construção, epistemologia e método. Em todos os casos, os autores apresentam argumentos em favor do tratamento dado a essas questões pela psicologia discursiva, apontando inconsistências na TRS.

Diante das diversas críticas à TRS, Voelklein e Howarth (2005) mostram que, em uma análise mais detalhada, verifica-se, em alguns casos, que há uma interpretação e compreensão equivocada da teoria e, em outros, que há a necessidade de tratamento das críticas como sugestões sérias e construtivas que podem contribuir para o refinamento do arcabouço teórico atual da TRS. Na visão das autoras, há quatro grandes controvérsias relacionadas à TRS, quais sejam: (1) as ambiguidades teóricas decorrentes do fato de que a teoria é considerada demasiadamente ampla e vaga, que levam críticos como Jahoda (1988) a

considerá-la pseudoexplicativa e Litton e Potter (1985, p. 385) a considerá-la uma espécie de "vago '*catch-all term*' para todos os aspectos de explicações ordinárias"; (2) o determinismo social por indicar uma suposta ênfase exagerada da influência social sobre o indivíduo e da negligência da capacidade humana de reflexividade – sobre esse aspecto, Jahoda (1988) aponta que as pessoas são descritas como entidades passivas incapazes de libertar-se do *framework* das RS; (3) o reducionismo cognitivo, que caracteriza as RS como fenômeno cognitivo que pode ser explicado por processos psicológicos com escassa referência à influência social (JAHODA, 1988); e (4) a ausência de uma agenda crítica, por considerá-la *acrítica*, por não abordar de forma consistente questões relativas a poder e a ideologia (JAHODA, 1988).

Acredita-se que, independente de possíveis equívocos de interpretação ou de compreensão da teoria (VOELKLEIN e HOWARTH, 2005), as críticas apresentadas à TRS têm um importante papel de proporcionar reflexões e autocríticas com potencial para avanços teóricos e metodológicos. Avanços estes capazes de extrapolar o campo da psicologia social e alcançar outros domínios, como é o caso dos EO. Especificamente no caso dos EO, essas críticas podem proporcionar aos pesquisadores indicativos para lidar de maneira mais cuidadosa com a complexidade dos fenômenos organizacionais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A discussão sobre o que são os EO é fecunda e permeada por posicionamentos distintos, por vezes divergentes. Autores como Nord, Lawrence, Hardy et al. (2006), Westwood e Clegg (2003), Clegg e Hardy (1996) e Reed (1996; 1997) têm-se dedicado a discutir o que vem a ser o campo de conhecimento dos EO, reconhecendo que sua definição não é tarefa fácil e que esse campo de estudos é tido como *historicamente e discursivamente contestado*, marcado por disputas e conversações teóricas e metodológicas em busca de reconhecimento, aceitação e até dominação.

Em parte, a imprecisão e a dificuldade de estabelecer uma definição parece estar relacionada ao conjunto de aspectos subjetivos que envolvem esse campo de estudo, como, por exemplo, o entendimento do que vem a ser a *organização*, como ela pode e deve ser estudada, qual é o papel e a posição do pesquisador na investigação do fenômeno organizacional, qual é a natureza da teoria e qual é a perspectiva metodológica adotada na condução da investigação (CLEGG e HARDY, 1996).

Em uma tentativa de conceituar os EO, Clegg e Hardy (1996) defendem que esse campo de estudo envolve uma série de conversações de natureza progressiva, com vocabulários e termos gramaticais emergentes e com vários graus de descontinuidade que ajudam a construir o entendimento do que vêm a ser as *organizações*. De fato, diversos são os conceitos e as perspectivas de estudo das organizações (BASTOS, LOYOLA, QUEIROZ et al., 2014; REED, 1996, 1997; PUGH e HICKSON, 1997) indicando que esse campo de estudo está distante de uma definição consensual. As organizações podem ser concebidas de diversas formas, por exemplo, como sistemas sociais cooperativos constituídos por pessoas que se comunicam e desenvolvem ações para alcançar um propósito comum (BARNARD, 1979), como uma produção discursiva (WESTWOOD e CLEGG, 2003) ou, ainda, como defendem Boal, Hunt e Jaros (2003), como entidades reais com suas consequências.

Além disso, essas mesmas concepções, fundamentadas em pelo menos 4 paradigmas da teoria social em geral e da teoria organizacional em particular (funcionalista, interpretativista, estruturalista radical e humanista radical) (BURRELL e MORGAN, 1979), permitem distintas visões, perspectivas teóricas e narrativas de análise, indicando a diversidade de modalidades para o estudo e a análise organizacional. Dentre essas distintas possibilidades de visões, destacam-se: (a) a cognitivista, baseada no pensamento de Herbert Simon, ao conceber as organizações como sistemas de comportamento cooperativo orientado pelo planejamento, que estabelecem as condições para a ação e para as considerações racionais das consequências da ação em um grupo social; (b) a culturalista, em que o conceito de organização incorpora a influência da antropologia, sendo concebidas como minissociedades que têm seus próprios padrões distintos de cultura, subcultura e até contraculturas; e (c) a institucionalista, que concebe a sociedade como uma rede, um tecido de instituições, organizações, estabelecimentos, agentes e práticas, que pode ser subdividida em dois polos: o de análises sociológicas identificada com neoinstitucionalismo e o de análises econômicas denominadas nova economia institucional (BASTOS, LOYOLA, QUEIROZ et al., 2014).

No entendimento de Reed (1997), quatro são as perspectivas teóricas sobre a gestão organizacional: (a) a técnica, fundamentada na teoria sistêmica, que visualiza a gestão como instrumento racionalmente concebido para a realização de valores predominantemente instrumentais, relacionados com a coordenação sistemática da ação social em grande escala e da

continuidade que esta proporciona a longo prazo; (b) a política, que é baseada na teoria da ação (aperfeiçoamento da capacidade de negociação daqueles que exercem funções gerenciais) e promove uma visão da gestão como um processo social vocacionado para a regulação do conflito entre grupos de interesse, em um meio envolvente caracterizado por incertezas consideráveis acerca dos critérios de avaliação do desempenho organizacional; (c) a crítica, que, fundamentada na teoria marxista, concebe a gestão como um mecanismo de controle que funciona para satisfazer os imperativos econômicos impostos pelo modo de produção capitalista e para difundir o quadro ideológico que permite obscurecer as realidades estruturais; e (d) a praxeológica, que entende a gestão organizacional como uma prática social ao concebê-la como um processo que visa à contínua articulação (ou pacificação) de práticas complexas e diversificadas, sempre propensas a desarticulações e fragmentações.

Em relação às narrativas de análise organizacional, Reed (1996) identifica seis possibilidades que formam um campo de conflitos históricos em que a análise organizacional se desenvolveu, quais sejam: (a) da racionalidade, em que a lógica da organização fornece defesa contra o conflito social e a incerteza política, ao estabelecer uma nova estrutura de poder baseada na capacidade técnica e na sua contribuição para o funcionamento da sociedade; (b) da integração, que concebe a organização como unidades sociais que integram os indivíduos à civilização industrial moderna, sob a tutela de uma administração boa e socialmente hábil; (c) do mercado, em que as organizações (ou firmas) se configuram como agentes econômicos coletivos que intervêm nas falhas de mercado ou do colapso do sistema; (d) de poder, cujas organizações se constituem como uma arena de interesses e valores conflitantes constituída pela luta pelo poder; (e) de conhecimento, em que a organização é vista como possuidora de conhecimentos (sociais e técnicos) e de habilidades, por meio dos quais modelos particulares de relacionamentos sociais surgem e se reproduzem; e (f) de justiça, cujo foco está na análise dos tipos de controle corporativo predominante nas organizações contemporâneas e em suas bases de julgamentos morais e políticos sobre justiça e imparcialidade.

Além de toda essa diversidade conceitual e de perspectivas que envolvem o entendimento do que vem a ser uma organização, também contribuem para a imprecisão no campo dos EO os aspectos subjetivos relacionados ao papel e à posição do pesquisador na análise organizacional, à natureza da teoria e à perspectiva metodológica adotada na condução da investigação (CLEGG e HARDY, 1996). Nesse campo de estudo, o pesquisador dispõe de um amplo conjunto de opções para suas escolhas, que vão desde: (a) o sentido empírico, definido pelo tipo de representação que a organização assume (CLEGG e HARDY, 1996); (b) o escopo de análise, seja ele inter e/ou intraorganizacional, da estratégia e da estrutura organizacional ou da análise do ambiente externo (LOIOLA, BASTOS, QUEIROZ et al., 2014); e (c) a base teórica que envolve os diversos enfoques da teoria geral da administração (TGA), com o enfoque clássico, das relações humanas, estruturalista, funcionalista, crítico, entre outros (FARIA, 2004), e a abordagem metodológica, do tipo qualitativa, quantitativa, estudo de caso, *survey*, procedimentos de coleta e análise de dados diversos, inclusive triangulação etc. (TRIVIÑOS, 2009; CRESWEL, 2010; YIN, 2015; BABBIE, 2005; DENZIN, 2009) a ser adotada em seu trabalho de investigação do universo organizacional.

Diante dessa amplitude de possibilidades, os EO têm-se desenvolvido ao longo dos anos no sentido de abordar temas presentes no universo organizacional e na sociedade contemporânea. A título de ilustração desse desenvolvimento, Clegg, Josserand, Mehra et al. (2016) destacam a relevância de debater o surgimento e a proliferação de formas de organização em rede nos EO; George (2014) chama atenção para a necessidade de explorar a questão da compaixão nas organizações, como uma forma de pensar o sofrimento humano decorrente das consequências do capitalismo; e Brown, Colville e Pye (2015) se interessaram em discutir a construção de sentido no contexto organizacional como forma de compreender como as pessoas se apropriam e organizam suas próprias realidades.

No Brasil, os pesquisadores do campo dos EO têm, entre outros interesses, dedicado-se a propor avanços teóricos, a analisar a evolução dos EO no contexto brasileiro e a discutir as contribuições de teóricos para a evolução dos EO. Por exemplo, Paula (2016), inspirada em Thomas Kuhn, propõe o *círculo das matrizes epistêmicas* como uma possibilidade de avanço ao diagrama de paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979). Alcadipani e Caldas (2012) analisam, mediante a perspectiva pós-colonialista, o processo de americanização da gestão no Brasil. Já Silva e Toledo (2016), Gobira, Lima e Carrieri (2015) e Amorim e Brüning (2015) analisaram, respectivamente, as contribuições de Robert Cooper, de Guy Debord e de Maurício Tragtenberg para os EO, em termos epistemológicos e ontológicos.

Apesar de toda essa diversidade presente no campo dos EO, o desafio de responder as questões centrais – O que vem a ser organização? Como ela pode e deve ser estudada? (CLEGG e HARDY, 1996; REED, 1996) – parece indicar que o campo pode absorver novas possibilidades de visões, de perspectivas teóricas e de narrativas de análise organizacional. Nesse contexto, a

TRS apresenta-se como uma perspectiva teórica interessante para responder essas questões centrais, em razão de seu quadro teórico, que permite a apreensão de comportamentos individuais e de fenômenos sociais historicamente contextualizados no engendramento do indivíduo e da realidade social (MOSCOVICI, 2012; JODELET, 2001).

MÉTODO

Do ponto de vista metodológico, o estudo configura-se como uma pesquisa bibliométrica (ARAÚJO, 2006), cuja finalidade foi mapear como os EO vêm utilizando a TRS, que é originária da psicologia social. Investigou a produção científica de artigos que abordaram a TRS nos EO publicados em eventos científicos organizados e promovidos pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) e em periódicos pertencentes à área Administração, Ciências Contábeis e Turismo, conforme a definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Foram investigadas a base de dados da ANPAD (2016), que organiza 9 eventos científicos, e periódicos brasileiros publicados em língua portuguesa classificados no Sistema Qualis/Capes – ano 2014, pertencentes aos estratos de maior avaliação, quais sejam, A1, A2 e B1 (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2016) durante o período de 14 anos, que se inicia em 2001 e termina em 2014. Vale ressaltar que o estrato A1 não foi utilizado, uma vez que não há nenhuma revista brasileira qualificada nele. Foram excluídos da lista os periódicos relacionados especificamente às áreas Ciências Contábeis e Turismo, por não terem uma relação próxima com os EO.

Justifica-se a escolha dos eventos científicos da ANPAD, dos periódicos especificamente ligados à área Administração e o período investigado com os seguintes argumentos centrais: (1) alcançar uma relevante e qualificada parcela da produção científica brasileira; (2) a ANPAD se apresenta como "o principal órgão de interação entre programas associados, grupos de pesquisa da área e a comunidade internacional" (ANPAD, 2016) no campo da administração, realizando eventos que abrangem subáreas da administração, como, por exemplo, EO; Marketing, Gestão de Pessoas e Estratégia; (3) os periódicos brasileiros classificados nos estratos A2 e B1 são aqueles com melhores indicadores do tipo Índice H da base *Scopus* e fator de impacto no Journal of Citation Reports (JCR), que são os utilizados pela Qualis/Capes para avaliação de periódicos (CAPES, 2016) e, com isso, conferem credibilidade à pesquisa; (4) a área da administração abrange a produção do campo dos EO; (5) as produções no campo dos EO podem ser publicadas em diversas subáreas da Administração; (6) iniciar a pesquisa pelo ano de 2001 tem como aspecto relevante o fato da TRS ter completado 40 anos de existência e tornado-se uma das teorias mais relevantes no campo da psicologia social, com alcance em diversos outros domínios da ciência (JOVCHELOVITCH, 1996; EICHER, EMERY, MARIDOR et al., 2011; ALMEIDA, 2009); e (7) o período de 14 anos é considerado relativamente extenso para realizar o mapeamento do uso da TRS nos EO.

A despeito das imprecisões e controvérsias presentes no campo dos EO, foi utilizado como critério central para a identificação e seleção de textos buscar discussões relativas ao que vem a ser a *organização*, como ela pode e deve ser estudada e qual é o papel e a posição do pesquisador na investigação do fenômeno organizacional (CLEGG e HARDY, 1996; REED, 1996), tendo como fundamento teórico a TRS (MOSCOVICI, 2012) e suas abordagens complementares (ALMEIDA, 2005). Em outros termos, a preocupação foi selecionar textos que discutissem a dinâmica nas/das organizações que envolvem a compreensão do fenômeno organizacional em suas relações e implicações sociais sob o ponto de vista da TRS. Utilizou-se como critério central de exclusão a ausência da articulação da TRS com os EO.

Tendo por fundamento as justificativas, os critérios de inclusão e de exclusão de artigos, para a identificação e a seleção dos artigos foram dados os seguintes passos: (1) primeiro, foi acessada a base de dados de publicações em eventos científicos promovidos pela ANPAD; (2) em seguida, foi acessada a lista de qualificação dos periódicos da Qualis/Capes na qual foram identificados e selecionados os principais periódicos brasileiros dos estratos A2 e B1 ligados aos EO; (3) tanto para os eventos quanto para os periódicos, foram pesquisadas as palavras *representação*, *representação social*, *representações* e *representações sociais* no título, no resumo e nas palavras-chave, por meio dos bancos de dados da ANPAD e dos periódicos; e (4) após a seleção dos artigos (publicados em eventos e em periódicos) que continham pelo menos uma dessas palavras, foi feita uma leitura flutuante, com a finalidade de verificar se o artigo abordava de fato, no todo ou em partes, a TRS. Aqueles que tinham as expressões supracitadas, mas que não se relacionavam à teoria em questão, foram eliminados.

No processo de identificação e de seleção de artigos publicados em eventos organizados pela ANPAD, foram pesquisadas 56 edições de 9 eventos. Desse total, 27 edições de 7 eventos haviam artigos que se habilitaram para a análise, gerando um total de 67 artigos selecionados. Os eventos "Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica" e "Encontro de Administração da Informação" não apresentaram artigos habilitados para a análise. Em relação aos periódicos, foram investigados 55 periódicos e foram selecionados 12 periódicos especificamente ligados à área Administração e EO, pois os demais eram ligados a outras áreas, como ciências contábeis, psicologia, sociologia e turismo, entre outras. Desse total, apenas 6 periódicos publicaram 23 artigos que atendiam aos critérios estabelecidos para a pesquisa.

A despeito da delimitação da base de dados de consulta alcançar apenas os eventos promovidos pela ANPAD e os periódicos dos estratos A2 e B1 do Qualis Capes – 2014, foi possível identificar 90 artigos no período investigado. Destaca-se, porém, que essa delimitação não permite que os resultados da pesquisa bibliométrica sejam generalizados para todo o campo dos EO, uma vez que a maior parte dos periódicos se encontra nos estratos inferiores, que não foram investigados.

A análise de dados contou com a articulação de dois procedimentos: (1) análise estatística descritiva da frequência absoluta e percentual das publicações; e (2) análise de conteúdo (FRANCO, 2003), como forma de promover o enriquecimento da análise crítica dos textos selecionados. Como aponta Franco (2003), a análise de conteúdo baseia-se na percepção crítica e fluida da linguagem, a qual deve ser vista como construção da sociedade e como reflexo da existência humana que, em momentos distintos da história, gera RS na dinâmica das interações que ocorrem entre o pensamento, a ação e a linguagem.

Para orientar e conduzir a análise da evolução das produções científicas acerca do tema-alvo desta pesquisa foram definidas 7 categorias de análise: (1) quantidade de artigos por ano e natureza do artigo científico (ensaio teórico, teórico-empírico etc.); (2) tipo de abordagem da TRS utilizada; (3) tipo de objeto representacional investigado; (4) procedimentos metodológicos adotados (abordagem de pesquisa e procedimentos para coleta e análise de dados); (5) justificativa para a utilização da TRS; (6) referências da TRS mais utilizadas para fundamentar os artigos; e (7) autores vinculados à TRS mais citados nos artigos.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa bibliométrica. A seção foi subdivida tendo por critério cada uma das 7 categorias de análise. No texto, os artigos serão referenciados e identificados com um código alfanumérico sequencial e seu ano de publicação. O código alfanumérico será assim identificado: "E" seguido de número (1 a 67) para publicações em eventos; e "P" seguido de número (1 a 23) para publicações em periódicos.

Quantidade de artigos por ano e natureza dos artigos

Após a seleção dos artigos para a pesquisa foi feita a contagem das publicações de 2001 a 2014, verificando-se que, no total, foram identificados 90 artigos que atendiam aos critérios estabelecidos para a pesquisa. Desse total, 67 foram publicados em eventos promovidos pela ANPAD e 23 em periódicos brasileiros dos estratos A2 e B1. A Tabela 1 identifica o evento, a edição, o ano e o número de publicações, bem como identifica o periódico, o ano e o número de publicações.

Tabela 1

Artigos publicados de 2001 a 2014 nos eventos da ANPAD e nos periódicos brasileiros dos estratos A2 e B1 do Qualis/Capes 2014 da área dos EO que abordaram a TRS

<table>
<tr><th colspan="2">Eventos</th><th rowspan="2">Ano</th><th rowspan="2">Número de publicações</th></tr>
<tr><th>Título</th><th>Edição</th></tr>
<tr><td rowspan="9">Encontro Nacional da ANPAD (EnANPAD)</td><td>25</td><td>2001</td><td>1</td></tr>
<tr><td>30</td><td>2006</td><td>2</td></tr>
<tr><td>32</td><td>2008</td><td>7</td></tr>
<tr><td>33</td><td>2009</td><td>4</td></tr>
<tr><td>34</td><td>2010</td><td>3</td></tr>
<tr><td>35</td><td>2011</td><td>5</td></tr>
<tr><td>36</td><td>2012</td><td>2</td></tr>
<tr><td>37</td><td>2013</td><td>7</td></tr>
<tr><td>38</td><td>2014</td><td>6</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD (EnEO)</td><td>5</td><td>2008</td><td>5</td></tr>
<tr><td>6</td><td>2010</td><td>1</td></tr>
<tr><td>8</td><td>2014</td><td>2</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Encontro de Estudos em Estratégia (3 Es)</td><td>1</td><td>2003</td><td>1</td></tr>
<tr><td>3</td><td>2007</td><td>1</td></tr>
<tr><td>4</td><td>2009</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Encontro de Marketing da ANPAD (EMA)</td><td>3</td><td>2008</td><td>1</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Encontro de Administração Pública da ANPAD (EnAPG)</td><td>2</td><td>2006</td><td>1</td></tr>
<tr><td>3</td><td>2008</td><td>1</td></tr>
<tr><td>5</td><td>2012</td><td>1</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ)</td><td>1</td><td>2007</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2</td><td>2009</td><td>2</td></tr>
<tr><td>3</td><td>2011</td><td>1</td></tr>
<tr><td>4</td><td>2013</td><td>1</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (EnGPR)</td><td>1</td><td>2007</td><td>2</td></tr>
<tr><td>2</td><td>2009</td><td>2</td></tr>
<tr><td>3</td><td>2011</td><td>2</td></tr>
<tr><td>4</td><td>2013</td><td>3</td></tr>
<tr><th colspan="3">Subtotal de eventos da ANPAD</th><th>67</th></tr>
<tr><th colspan="2">Periódicos</th><th>Ano</th><th>Número de publicações</th></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="7">Organizações & Sociedade (O&S)</td><td>2002</td><td>2</td></tr>
<tr><td>2004</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2005</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2008</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2010</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2012</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2013</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="3">Revista de Administração Contemporânea (RAC)</td><td>2007</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2008</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2012</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="6">Revista de Administração de Empresas (RAE/FGV)</td><td>2002</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2005</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2006</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2009</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2013</td><td>1</td></tr>
<tr><td>2014</td><td>1</td></tr>
</table>

Continuação

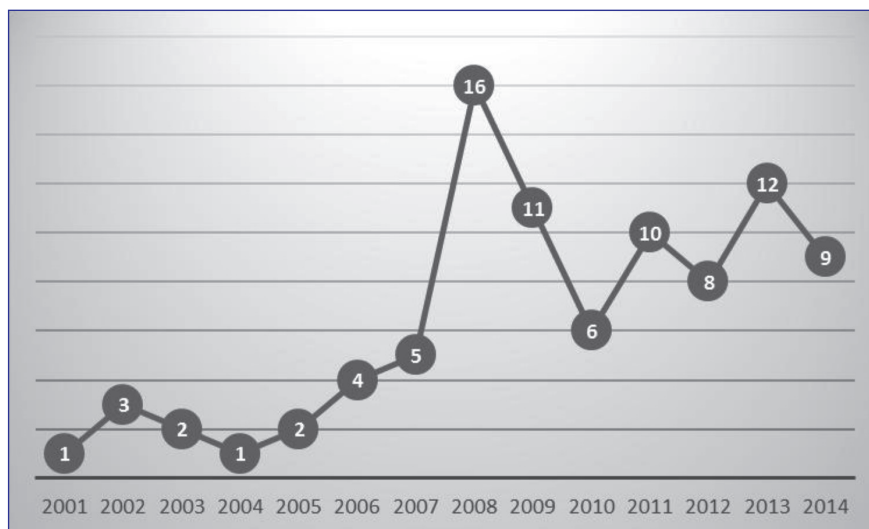
Eventos		Ano	Número de publicações
Título	Edição		
Revista de Administração da USP (RAUSP)		2003	1
		2011	1
Cadernos EBAPE.BR (FGV)		2011	1
Revista de Administração Mackenzie (RAM)		2010	1
		2012	1
		2014	1
Subtotal de periódicos			**23**
Total geral			**90**

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 1 indica que o número de publicações em eventos representa 74,4% do total de publicações. Esse resultado era esperado, por duas razões: (1) o processo de submissão e avaliação de artigos em eventos é mais rápido do que se observa em processos de avaliação em periódicos, pelo fato dos eventos terem prazos previamente estipulados; e (2) as publicações em eventos representam trabalhos em processo de desenvolvimento que, em muitos casos, passam por melhorias indicadas na avaliação e na apresentação dos congressos, com vistas à publicação algum tempo depois em periódicos reconhecidos na área (MULLER, 2005). Assim, a quantidade de publicações em eventos tende a ser maior quando comparada à quantidade de publicações em periódicos. No conjunto de artigos analisados, identificou-se que 7 dos 23 artigos publicados em periódicos foram publicados anteriormente em eventos promovidos pela ANPAD.

Na análise conjunta dos dados, observou-se que, ao longo desse período, a quantidade de publicações anuais variou de 1 a 16. Destaca-se que os anos de 2001 e 2004 foram os com menor número de publicações, com apenas 1 publicação por ano. Os anos de 2008, 2013 e 2009 foram os que apresentaram maior quantidade de publicações, com 16, 12 e 11, respectivamente. Além disso, observou-se que, após o ano de 2007, houve uma média de 10,3 publicações, indicando que a utilização da TRS nos EO entrou em uma fase de estabilidade em termos da quantidade de publicações. A Figura 1 ilustra a variação das publicações ao longo do período investigado.

Figura 1

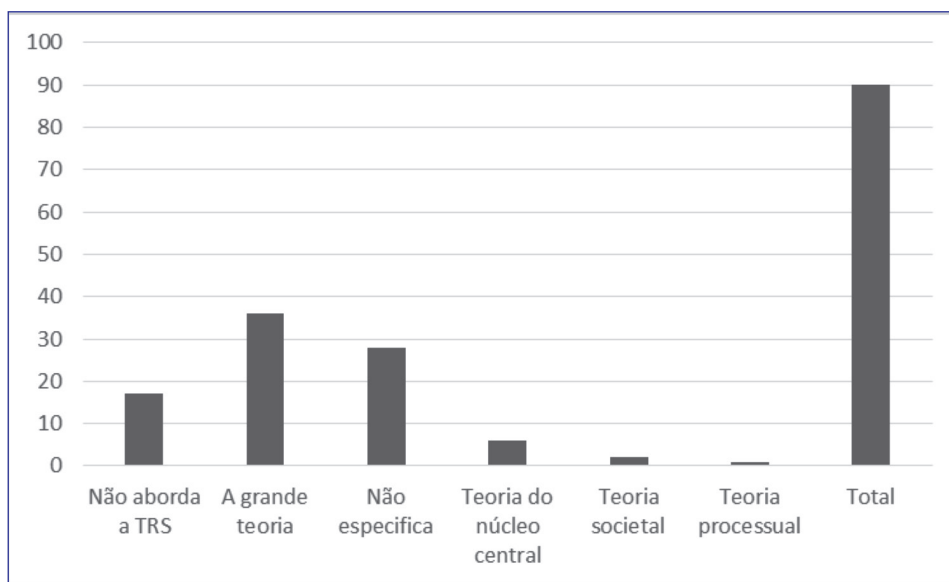
Variação da quantidade de publicações de 2001 a 2014 nos eventos da ANPAD e nos periódicos brasileiros dos estratos A2 e B1 do Qualis/Capes 2014 da área dos EO que abordaram a TRS

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dados indicaram, ainda, que, dentre os eventos promovidos pela ANPAD, o EnANPAD, o EnGPR e o EnEO foram os que apresentaram o maior número de publicações, com 37, 9 e 8 publicações cada ao longo do período investigado. Em relação aos periódicos, a revista O&S e a RAE/FGV foram as que apresentaram o maior número de publicações, com 8 e 6 publicações ao longo do período investigado. Dentre os eventos e os periódicos, o EMA e o Cadernos EBAPE.BR (FGV) foram os que apresentaram menor quantidade de publicações, com 1 publicação cada ao longo dos 14 anos investigados. Do total de artigos, identificou-se que 83 caracterizaram-se como estudos teórico-empíricos e apenas 7 como teóricos, indicando uma tendência da área dos EO de privilegiar estudos teórico-empíricos.

Tipos de abordagem da teoria das representações sociais utilizados

A partir das contribuições de Doise (1993), Sá (1996), Arruda (2002) e Almeida (2005), foram estabelecidas as seguintes subcategorias de análise: (1) a grande teoria; (2) teoria do núcleo central; (3) teoria societal; (4) teoria processual; (5) não especifica qual abordagem foi utilizada (usa apenas o conceito de RS); e (6) não aborda a TRS (contém apenas o termo *representações sociais* sem sua explicação teórica). Com base nessas subcategorias, realizou-se a contagem de artigos verificando a frequência relativa por tipo de abordagem no período de 2001 a 2014, como é apresentado na Gráfico 1.

Gráfico 1

Frequência absoluta de artigos publicados de 2001 a 2014 por tipo de abordagem da TRS

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como resultado, identificou-se que, em termos percentuais, 40% utilizaram *a grande teoria*, de Serge Moscovici; 31% dos artigos não especificaram a abordagem utilizada; 19% não abordaram a TRS; 7% utilizaram a teoria do núcleo central, de Jean Claude Abric; 2% utilizaram abordagem societal, de Willem Doise; e 1% utilizou a abordagem processual. Dentre os dados apresentados, constata-se que a maior parte dos artigos utiliza *a grande teoria*. Chama atenção o fato de que as subcategorias *não aborda a TRS* e *não especifica*, consideradas em conjunto, representam 50% do total de artigos analisados. Este aspecto indica um tratamento superficial da teoria (VALENTIM, 2013).

Tipos de objetos representacionais e sujeitos investigados

Foram identificados dois grupos de subcategorias relacionados aos objetos representacionais (SÁ, 1998), quais sejam, os objetos (fenômeno social representado) e os sujeitos. No primeiro grupo, foram identificadas as seguintes subcategorias de objetos: (1) gênero, que engloba os objetos *relações de gênero* e *mulher*; (2) gestão, que envolve *prática de pesquisa e desenvolvimento multi e interdisciplinar* e *estratégia*; (3) gestão de recursos humanos (RH), que abrange *relações de parentesco* (em organizações familiares) e *recursos humanos*; (4) espaço de trabalho, que representa *comércio no espaço do viaduto*, *espaço de trabalho e atividade de comerciante* e *espaço de trabalho confinado*; (5) espaço e tempo, que envolve o objeto *espaço e tempo*; (6) estruturas e papéis na organização, que engloba *administrador, administração e organização*, *dirigentes, gestores, funcionários e organização*, *papel do gestor social* e *modernização sistêmica das empresas e suas implicações nas relações de trabalho*; (7) questões éticas, que representa o objeto *ética*; (8) desemprego, que abrange *desemprego*; (9) consumo, que abarca *consumo de imóvel*; (10) grupos sociais, que abrange *grupos sociais que ocupam o espaço público de uma área comercial*; (11) participação popular, que abrange a *participação popular na gestão municipal de uma capital da região Sudeste do Brasil*; (12) grupos na mídia, que inclui aspectos relativos à *imagem de pessoas (afrodescendentes e obesos)*; (13) profissões, carreiras e trabalho, que inclui *atividades profissionais diversas*, *competências* e *trabalho voluntário*; (14) educação, que abrange atividade na *educação superior*, especificamente relacionadas ao *ensino*, excluindo atividade de pesquisa e de extensão; (15) ações governamentais, que envolve *políticas públicas em setores diversos*; (16) desenvolvimento humano, mais especificamente sobre a *velhice*; e (17) questões ambientais, que engloba *meio ambiente e agroecologia*. As subcategorias de objetos que obtiveram maior representatividade nos artigos foram profissões, carreiras e trabalho (28%), seguidas por gestão (17%), gênero (10%) e gestão de RH (9%).

Em relação aos sujeitos estudados, foram identificadas 16 subcategorias: professores, alunos, pesquisadores, gestores, dirigentes sindicais, mídia impressa, trabalhadores em geral, servidores públicos, trabalhadores voluntários, trabalhadores demitidos, corretores de imóveis, consumidores e/ou clientes em geral, familiares de empresas familiares, peritos criminais, minorias e público em geral. As subcategorias de sujeitos que obtiveram maior representatividade nos artigos foram trabalhadores, gestores e empresários (46%) e professores e alunos na educação superior (25%).

Ao analisar a relação entre o sujeito (quem representa) e o objeto (fenômeno social), observou-se que, em alguns casos, os pesquisadores não exploraram adequadamente a concepção de objeto representacional (SÁ, 1998). Houve casos em que os pesquisadores indicam o objeto representacional, mas não indicam o sujeito e outros em que a articulação da própria relação é questionável do ponto de vista da TRS. Esses aspectos serão abordados na discussão dos resultados.

Procedimentos metodológicos adotados

A apresentação dos tipos de procedimentos metodológicos adotados nos 83 artigos teórico-empíricos investigados levou em consideração três perspectivas centrais: (1) abordagem de pesquisa (qualitativa e/ou quantitativa); (2) técnicas de coleta de dados; e (3) técnicas de análise de dados. Em termos da abordagem de pesquisa, observou-se que 73 artigos (88%) utilizaram a abordagem qualitativa, 6 artigos (7,2%) utilizaram a abordagem quantitativa e 4 artigos (4,8%) utilizaram a abordagem mista, ou seja, qualitativa e quantitativa.

Para a análise das técnicas e instrumentos de coleta de dados, foram identificadas 9 subcategorias de análise com os respectivos índices de frequência: (1) entrevista (37%), que é composta por *entrevista semiestruturada*, *entrevista em profundidade*, *entrevista não estruturada*, *entrevista*, *histórias de vida e depoimentos*; (2) observação (12%), constituída pela *observação sistemática*, *observação participante* e *observação não participante*; (3) questionário (15%), que engloba *questionário estruturado* e *questionário*; (4) pesquisa documental (10%), formada pelas pesquisas que trataram com dados documentais, tais como *sites*, *regulamentos*, *documentos*, *arquivos*, *diários*, *revistas* e *jornais*; (5) grupo focal (4%); (6) pesquisa com imagem (2%); (7) técnicas projetivas (1%), que contém *completion test*, e *construção de desenhos-tema na forma semiestruturada*; (8) evocação de palavras (1%); e (9) triangulação de coleta de dados (18%).

Em termos das técnicas de análise de dados, foram identificadas 6 subcategorias, com os respectivos índices de frequência: (1) análise do discurso (38%); (2) análise de conteúdo (37%); (3) matriz de evocações (6%); (4) análises estatísticas diversas (9%); (5) análise de fotografias (1%); e (6) não especifica a técnica de análise de dados (9%). Como síntese dos resultados

apresentados, constata-se o predomínio de publicações de natureza teórico-empírica, que utilizam a abordagem qualitativa. A maior parte dos artigos indicou a entrevista como técnica de coleta de dados e a análise de discurso ou a análise de conteúdo como procedimentos de tratamento de dados.

Justificativas para utilização da teoria das representações sociais

Por considerar que a análise da justificativa envolve a argumentação dos autores acerca das razões que os levaram a utilizar a TRS como campo de conhecimento nos EO, recorreu-se à análise de conteúdo para identificação de subcategorias. Para isso, foram analisados todos os artigos para identificá-los e agrupá-los em subcategorias segundo o conjunto de argumentos que justificassem o uso da TRS no campo dos EO. Foram identificadas 6 subcategorias de justificativas, quais sejam: (1) possibilitar a compreensão de fenômenos organizacionais; (2) revelar elementos intrínsecos à subjetividade; (3) percepção; (4) fatores que compõem e/ou influenciam as RS, que abrangem fatores como subjetivos, culturais, pensamento social, simbólicos e de comunicação; (5) utilizar a TRS, para fundamentar teórica e/ou metodologicamente a pesquisa; e (6) sem justificativa coerente, para os casos em que a justificativa não foi apresentada e/ou apresentada, porém, de forma incoerente e/ou sem fundamento teórico e empírico. Destaca-se que a quantidade de justificativas extrapola o limite de 90 artigos, uma vez que um mesmo artigo pode articular mais de um argumento que justifique a utilização da TRS nos EO.

Os resultados indicaram que a subcategoria fatores que compõem ou influenciam as RS foi utilizada como justificativa em 50 artigos (36,2%); o argumento compreensão de fenômenos organizacionais foi indicado em 43 artigos (31,2%); a finalidade da utilização da TRS apareceu em 23 artigos (16,7%); sem justificativa coerente em 19 artigos (13,8%); percepção em 2 artigos (1,4%); e revelar elementos da subjetividade em 1 artigo (0,7%).

Como forma de ilustração da análise e identificação das subcategorias, destacam-se dois argumentos apresentados nos artigos E56 (2011) e P10 (2008) referentes às duas subcategorias com maiores ocorrências. No primeiro caso, os autores partem de um contexto de dominação masculina para justificar o uso da TRS como forma de ampliar a compreensão sobre dois aspectos: "*a) as lógicas e as visões de mundo subjacentes às representações sociais construídas no âmbito dos negócios; e b) as maneiras como essas se manifestam* [...] *e contribuem na construção de uma ordem social que sanciona comportamentos e estilos de vida...*" (E56, p. 2). No segundo caso, argumenta-se que "*o estudo das representações possibilita a indicação e compreensão da realidade organizacional e como esta atua na motivação dos seus atores ao determinar as escolhas que* [...] *não são pautadas por razões lógicas ou racionais, mas por razões* [...] *afetivas, simbólicas, místicas...*" (P10, p. 388).

A análise dos dois estratos indica que, no primeiro caso, o argumento está relacionado aos fatores simbólicos que compõem ou influenciam as RS. Já no segundo caso, o foco argumentativo refere-se à busca pela compreensão dos fenômenos organizacionais, que também incluem aspectos e fatores simbólicos, afetivos, culturais, entre outros.

Referências da teoria das representações sociais mais utilizadas para fundamentar os artigos

A análise dos dados possibilitou a catalogação de 223 referências. A frequência absoluta de cada uma delas foi calculada e, assim, foram identificadas as referências mais utilizadas nos artigos publicados entre 2001 e 2014. Em vários casos, foram mencionadas as mesmas referências de determinados autores, no entanto, de edições diferentes. A Tabela 2 ilustra o conjunto das principais referências utilizadas.

Tabela 2

Lista das referências completas mais citadas nos artigos publicados entre 2001 e 2014

Posição	Referência	Edições da obra
1º	MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 6. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.	2003 2007 2009
2º	MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.	1976 1978
	MINAYO, M. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 89-111 p.	1995 2003
3º	JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 63-85 p.	1995 2003 2008
4º	SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 117-145 p.	1995 2002 2003 2008
5º	SPINK, M. J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.	1993
6º	CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. **RAE-Eletrônica**, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2005.	2005

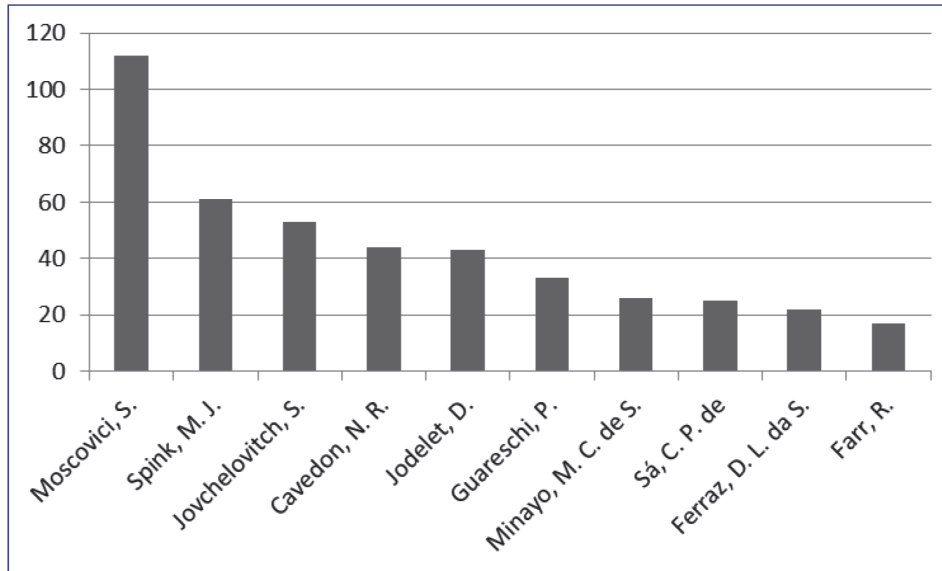
Fonte: Elaborada pelos autores.

Dentre as 223 obras utilizadas nos artigos investigados, a maior parte foi citada somente uma ou duas vezes e somente 7 alcançaram o maior número de menções. Nas obras da Tabela 2 foram observadas as seguintes quantidades de citações: (1) a primeira obra teve 31 citações; (2) a segunda e a terceira obras tiveram 26 citações cada; (3) a quarta teve 25 citações; (4) a quinta teve 23 citações; (5) a sexta contou com 19 citações; e (6) a sétima e última obra obteve 16 citações. Os resultados indicam que as duas primeiras referências mais citadas são do autor que inaugurou a TRS. Além disso, pode-se constatar que as referências mais citadas na sequência fazem parte de uma mesma obra, qual seja, *Textos em representações sociais*, em suas diversas edições.

Autores vinculados à teoria das representações sociais mais citados nos artigos

Na análise desta categoria foram levantados todos os autores utilizados para discutir a TRS e as respectivas referências. Com isso, foi identificado o total de 122 autores e 223 referências, o que indica que vários autores citados tinham mais de uma obra referenciada nos artigos. Em seguida, verificou-se a frequência absoluta de citações por autor, como destaca a Gráfico 2.

Gráfico 2

Frequência absoluta dos autores da TRS mais citados nos artigos publicados entre 2001 e 2014

Fonte: Elaborada pelos autores.

O Gráfico 2 destaca, entre todos os autores, os 10 primeiros com a maior quantidade de citações: (1º) Serge Moscovici, com 112 citações; (2º) Mary Jane Spink, com 61 citações; (3º) Sandra Jovchelovitch, com 53 citações; (4º) Neuza Rolita Cavedon, com 44 citações; (5º) Denise Jodelet, com 43 citações; (6º) Pedrinho Guareschi, com 33 citações; (7º) Maria Cecília de Souza Minayo, com 26 citações; (8º) Celso Pereira de Sá, com 25 citações; (9º) Deise Luiza da Silva Ferraz, com 22 citações; e (10º) Robert Farr, com 17 citações. Destaca-se que a maioria dos 122 autores foi citada poucas vezes, entre 1 e 3 citações. Os resultados desta categoria são coerentes com os da categoria anterior (referências da TRS mais utilizadas), uma vez que Serge Moscovici aparece como o autor mais citado nas publicações analisadas. Além disso, pode-se observar que todos os autores identificados na categoria anterior estão presentes nesta categoria.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O mapeamento realizado nesta pesquisa bibliométrica (ARAÚJO, 2006) possibilitou, por meio do conjunto de categorias e subcategorias investigadas, identificar um panorama da utilização da TRS nos EO. Esse panorama revelou pelo menos cinco aspectos centrais: (1) natureza inclusiva dos EO; (2) crescimento da utilização da TRS nos EO; (3) utilização limitada do potencial da TRS nos EO; (4) tratamento limitado e superficial dos objetos representacionais, principalmente na relação entre o sujeito e o objeto das RS; e (5) incoerências conceituais e metodológicas provavelmente explicadas pela utilização limitada da TRS nos EO. Para tornar mais clara a apresentação desta seção, optou-se por subdividi-la em subseções, de acordo com cada um dos cinco aspectos identificados.

Natureza inclusiva dos estudos organizacionais

Como apontado por Nord, Lawrence, Hardy et al. (2006), Clegg e Hardy (1996) e Reed (1996), os EO guardam em sua história o fato de ter sofrido a influência de diversas áreas do conhecimento e disciplinas acadêmicas, como é o caso da economia, da sociologia, da engenharia, da ciência política e da psicologia, entre outras. Essa influência parece ter contribuído para que os EO se tornassem uma área inclusiva, que, a despeito de ter evoluído e formado um corpo de conhecimento próprio, continua a admitir a adição em seu campo de novas áreas e perspectivas teóricas e metodológicas, como é o caso da TRS.

Em parte, essa natureza inclusiva dos EO está relacionada ao desafio de que a área tem de explorar cientificamente a organização e o fenômeno organizacional, principalmente em termos de como pode e deve ser estudada, qual é o papel e a posição do pesquisador na investigação, qual é a natureza da teoria e qual perspectiva metodológica adotar na condução da investigação (CLEGG e HARDY, 1996). Para enfrentar esse desafio, o pesquisador dispõe de pelo menos 4 paradigmas (BURRELL e MORGAN, 1979) que permitem a articulação de uma ampla possibilidade de visões, de perspectivas teóricas e de narrativas de análise, indicando a diversidade de modalidades para o estudo e a análise organizacional (CLEGG e HARDY, 1996; REED, 1996).

No que tange aos paradigmas de análise organizacional apontados por Burrell e Morgan (1979), parece que a TRS está mais alinhada ao paradigma interpretativista resultante da articulação entre as dimensões subjetiva e da sociologia da regulação, que tem por fundamento a visão de que o mundo e a realidade social não existem em sentido concreto, pelo contrário, são produtos da experiência subjetiva e intersubjetiva dos sujeitos (MORGAN, 2007). Esse alinhamento paradigmático da TRS pode ser ratificado ao analisar a perspectiva de Vala (1993), que apresenta o quadro dos paradigmas e das metáforas da psicologia social.

Nesse quadro, a TRS segue as orientações paradigmáticas do sujeito ator e da anterioridade do social para se configurar como a metáfora da *orquestra de jazz*. Nesse paradigma, articula-se a ideia de um sujeito ator e de um sujeito indissociável dos laços sociais, para indicar que a cognição não pode ser entendida como uma atividade individual, pelo contrário, deve ser vista como uma atividade sociocognitiva dos atores sociais decorrente da criação de laços sociais. Nesse paradigma, o sujeito pensante sofre influência de estímulos externos, objetos, doutrinas e ideologias formalizadas, ao mesmo tempo, esses elementos servem de combustível para o sujeito pensar e transformar as interações sociais cotidianas (MOSCOVICI, 2012).

Diante dessa diversidade de possibilidades, os EO encontraram no campo da psicologia social a TRS como mais uma alternativa teórica capaz de viabilizar a compreensão dos fenômenos sociais. Além da natureza inclusiva dos EO, a utilização da TRS nesse campo parece encontrar fundamento nas características da própria teoria apontadas por Jodelet (2001). Segundo a autora, a TRS tem por premissa compreender a construção e o uso do conhecimento na vida real cotidiana e oferecer um quadro teórico para apreender comportamentos individuais e fatos sociais contextualizados historicamente.

Essas características apresentam-se como mais uma possibilidade para a análise e compreensão dos fenômenos organizacionais. Com isso, os EO vêm reforçando sua característica de campo historicamente contestado (REED, 1996), por admitir diferentes perspectivas para a análise dos fenômenos organizacionais, algumas delas convergentes e outras divergentes.

Evolução da TRS nos EO

A análise dos dados permite identificar que a evolução da utilização da TRS nos EO observada nas publicações e nos períodos investigados apresenta dois momentos principais: (1) o primeiro período, que vai de 2001 a 2007, quando essa utilização pode ser caracterizada como incipiente, com poucos artigos publicados; e (2) o segundo período, que vai de 2008 a 2014, quando se observa um aumento significativo do uso da teoria, como uma alternativa para a compreensão do fenômeno organizacional. Como forma de validar referencialmente a identificação desses dois momentos, torna-se relevante ter por referência semelhantes resultados de pesquisa. Para efeitos de comparação, são apresentados três estudos: (1) levantamento realizado entre 2002 e 2004, no qual foram identificados 45 artigos publicados em periódicos científicos nacionais na área da saúde (RUMMLER, 2007); (2) estudo realizado entre 2001 e 2007 na área da enfermagem, que identificou a realização de 167 pesquisas utilizando a TRS, sendo 129 dissertações e 38 teses (SILVA, MARTINI e BECKER, 2011); e (3) pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados PsycINFO (American Psychological Association); Scientific Eletronic Library Online (Scielo.org); MedLine Complete (EBSCOHost); e Sociological Abstracts (ProQuest), entre agosto e setembro de 2013, na qual foram identificados 2.526 resumos de artigos abordando a TRS, publicados em periódicos indexados nessas bases (WACHELKE, MATOS, FERREIRA et al., 2015).

Comparando os resultados da pesquisa com esses três estudos, pode-se observar que a utilização da TRS nos EO ainda é incipiente, porém, já se configura como uma teoria relevante na análise e na compreensão dos fenômenos organizacionais. Acredita-se que a evolução do uso da TRS nos EO, depende, entre outros fatores, de que pesquisadores da área dos EO se aproximem da área da psicologia social, por meio da participação em eventos especializados sobre a TRS, como, por exemplo,

a Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS) e a Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (CBRS), que são eventos internacionais e nacionais itinerantes.

Embora ainda incipiente, as pesquisas sobre a TRS nos EO já apresentam como características o predomínio de estudos: (1) de natureza teórico-empírica; (2) que indicam a "grande teoria" de Serge Moscovici como principal abordagem teórica, porém, é considerável a quantidade de artigos que não especificam o tipo de abordagem da TRS que utilizam; (3) de natureza qualitativa, que utilizam a entrevista e a análise de discurso e de conteúdo como técnicas de coleta e de análise de dados, respectivamente; e (4) que apresentam como argumento central para a utilização da TRS nos EO os *fatores que compõem ou influenciam as RS*. Em parte, essas características revelam dois aspectos centrais: o uso limitado do potencial da TRS e a presença de potencial para evolução, ao demonstrar que a utilização da TRS nos EO ainda é incipiente, como, por exemplo, o fato de pouco se explorar estudos quantitativos e outras abordagens teóricas da TRS (ALMEIDA, 2005).

Uso limitado da TRS nos EO

Os resultados da pesquisa revelaram pelo menos quatro aspectos de utilização limitada do potencial da TRS nos EO: (1) tipo de abordagem da TRS; (2) metodologia utilizada; (3) referências utilizadas; e (4) autores mais citados. Observa-se que esses aspectos possuem uma relação de interdependência e de influência mútua capaz de explicar as características da utilização da TRS nos EO, destacadas anteriormente.

Em relação às abordagens da TRS empregadas nos artigos, verificou-se que 40% dos artigos publicados utilizaram *a grande teoria* de Serge Moscovici, que 31% não especificam a abordagem utilizada e 19% não abordam a TRS, apenas citaram a teoria sem explicá-la. Ou seja, a maior parte dos artigos publicados aborda a teoria de forma muito abrangente, sem demonstrar um aprofundamento nas discussões acerca da TRS e, muitas vezes, a teoria não é ao menos explicada nos artigos, o que revela uma utilização superficial e, em alguns casos, equivocada. Esse dado é preocupante, pois mostra que a TRS vem sendo utilizada indiscriminadamente, sem promover uma discussão e reflexão mais aprofundada acerca da teoria, o que não contribui para o desenvolvimento desse arcabouço teórico (VALENTIM; 2013).

Nota-se, também, que houve pouca discussão acerca das outras 3 (três) abordagens da TRS (ALMEIDA, 2005) o que pode revelar desconhecimento teórico por parte dos autores quanto às outras perspectivas ou mesmo pouco interesse em relação a elas. Isso pode indicar, ainda, a falta de discussões que evidenciem a importância e as contribuições que o estudo dessas diferentes abordagens pode oferecer ao desenvolvimento da teoria (VALENTIM, 2013) e dos EO.

Como observado no campo da psicologia social, a TRS inaugurada por Moscovici (2012) foi acolhida por pesquisadores que procuraram avançar nas postulações originais do autor (JODELET, 2001; DOISE, 1993; 2002; JOVCHELOVITCH, 1996), mas também foi criticada e questionada por autores como Räty e Snellman (1992), Potter e Litton (1985), Harré (1984) e Potter e Edwards (1999), entre outros, que promoveram um debate que tem contribuído para o enriquecimento e a evolução da teoria. Aparentemente, os pesquisadores no campo dos EO têm-se limitado a fazer uso da teoria de forma instrumental, superficial e até equivocada, o que não contribui para que avanços sejam observados no campo.

Do ponto de vista metodológico, as pesquisas concentram-se na abordagem qualitativa e em seus respectivos procedimentos típicos para a coleta (entrevistas, observação e triangulação) e a análise de dados (análise de discurso e de conteúdo). Embora a TRS admita outras possibilidades de exploração metodológica na compreensão dos fenômenos sociais, como, por exemplo, a perspectiva inauguradora de Serge Moscovici, que desenvolveu um estudo por meio de pesquisa documental e questionário e utilizou a análise de conteúdo e análise estatística como procedimento da análise de dados (MOSCOVICI, 2012), aparentemente, os pesquisadores da área dos EO estão concentrados em uma perspectiva metodológica central.

Em termos metodológicos, é relevante destacar que não há uma perspectiva metodológica que deva ser obrigatoriamente utilizada para o estudo das RS, pelo contrário, há diversas possibilidades metodológicas, ou seja, verificam-se pesquisas dentro do quadro teórico da TRS desde a observação etnográfica até a experimentação de laboratório (WAGNER, DUVEEN, FARR et al., 1999; SOTIRAKOPOULOU e BREAKWELL, 1992). Além dessa amplitude metodológica, observa-se, segundo Nascimento-Schulze e Camargo (2000), que as pesquisas em TRS apresentam caráter inovador em relação à escolha e ao desenvolvimento de metodologias apropriadas a cada objeto específico, como é o caso, por exemplo, da análise prototípica para a teoria do núcleo central de Jean Claude Abric (WACHELKE, 2009).

De forma semelhante ao que se observa em relação ao uso de abordagens teóricas da TRS, os pesquisadores do campo dos EO não estão aproveitando o potencial metodológico que a teoria oferece para avançar na condução de pesquisas coerentes e sólidas (JODELET, 2001). Em outros termos, as conversações entre a TRS e o EO para a identificação de fatores que compõem ou influenciam as RS e para compreensão dos fenômenos organizacionais ainda ficam restritas às abordagens metodológicas convencionais, caracterizando o campo como pouco criativo.

Quanto às referências e aos autores mais citados nos artigos publicados, é possível identificar que as ideias de Serge Moscovici, Mary Jane Spink e Sandra Jovchelovicht têm grande influência nos debates que envolvem a TRS e que as obras *Representações sociais: investigações em psicologia social*, de Moscovici (2009), e *Textos em representações sociais*, de Guareschi e Jovchelovitch (1995), foram extensamente utilizadas como fonte teórica. Além disso, foi possível observar que as discussões e ideias desenvolvidas nos artigos basearam-se, em grande parte, em um número reduzido de autores e de fontes teóricas. Diante disso, verificou-se que autores de expressão na TRS, como Jean Claude Abric e Willem Doise, que são referência nas abordagens estruturalista e societal, não apareceram entre os autores mais citados e que obras importantes também não se destacaram entre as mais citadas.

Observa-se com isso que, apesar da maior presença da TRS nos EO ao longo dos últimos anos, a maioria dos trabalhos limitou-se à condução de estudos empíricos que utilizaram a TRS de forma superficial e limitada. Como aponta Valentim (2013), devido à aplicabilidade da TRS às mais diversas questões, acredita-se erroneamente não ser necessário efetuar um aprofundamento teórico, o que acaba ocasionando a produção de trabalhos empíricos sem a reflexão teórica necessária.

Nesse cenário, é relevante destacar a riqueza teórica e as possibilidades que a TRS proporciona à compreensão dos fenômenos sociais, que incluem os organizacionais. Dentre tais possibilidades há a abordagem estruturalista de Jean Claude Abric, que pouco foi abordada nos artigos pesquisados. Por meio dessa abordagem, é possível desenvolver estudos voltados à compreensão do funcionamento das representações, isto é, de características que permitem que, ao mesmo tempo, as RS sejam estáveis e móveis, e dos elementos que conferem a homogeneidade e as especificidades às RS (ABRIC, 2000).

Um aspecto que foi negligenciado nos artigos analisados e que pode ser mais bem discutido e aproveitado nos EO refere-se aos processos de elaboração das representações, a objetivação e a ancoragem (ALMEIDA, 2005; TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011), que são tratados pela abordagem processual de Denise Jodelet. A apreensão desses dois processos auxilia no entendimento de como um conhecimento não familiar se torna familiar (MOSCOVICI, 2009), viabilizando, com isso, a compreensão dos complexos fenômenos organizacionais.

Finalmente, com a importância que as RS assumem diante das relações e práticas sociais, também se torna relevante que os EO avancem no sentido de explorar as 4 funções essenciais das RS que, segundo Abric (2000), são: função saber (permite a compreensão da realidade); função identitária (determina a identidade do grupo); função de orientação (orienta os comportamentos); e função justificadora (explica as tomadas de decisão). Portanto, observa-se que há diferentes aspectos que podem ser investigados dentro da TRS e que podem promover um maior enriquecimento das discussões no campo dos EO.

Tratamento limitado dos objetos representacionais

Um dos aspectos centrais na TRS está relacionado aos objetos representacionais, ou objetos de pesquisa, que consiste na simplificação do fenômeno da RS, por meio de uma teoria, nesse caso a TRS. Como explica Sá (1998, p. 23), "podemos dizer que a construção do objeto de pesquisa é um processo pelo qual o fenômeno da representação social é simplificado e tornado compreensível pela teoria, para a finalidade da pesquisa".

Embora tenha utilizado o termo *simplificação*, Sá (1998) esclarece que essa atividade é, em si, razoavelmente complexa e difícil, dada a relevância na construção do objeto de pesquisa. Esse objeto de pesquisa é sempre relacionado a alguém (o sujeito) e a alguma coisa (o objeto), ou seja, não se pode falar em RS "de alguma coisa sem especificar o sujeito – a população ou conjunto social – que mantém tal representação. Da mesma maneira, não faz sentido falar nas representações de um dado sujeito social sem especificar os objetos representados" (SÁ, 1998, p. 24).

Vale destacar que em nenhum dos artigos encontra-se o termo *objeto representacional* e que, em alguns poucos casos, os autores até discutem a relação entre o sujeito e o objeto das RS no referencial teórico, sem, contudo, explorar essa perspectiva

na metodologia de forma coerente, com o que aponta o corpo de conhecimento da TRS (SÁ, 1998). Com isso, observou-se que, a despeito de haver nos artigos investigados a identificação do objeto representacional, pode-se observar, de forma geral, que os autores não tiveram o cuidado e a atenção de estabelecer parâmetros na definição da relação entre o sujeito e o objeto, bem como na articulação entre o fenômeno, a teoria e o método (SÁ, 1998), aspectos essenciais em um estudo em RS.

Incoerências conceituais e metodológicas

A análise dos resultados permitiu identificar a presença de incoerências conceituais e metodológicas na utilização da TRS nos EO. Foram identificadas diversas evidências dessas incoerências nos textos analisados que foram sumarizados, em caráter ilustrativo, nesta seção, sob a forma de cinco aspectos principais, quais sejam: (1) falta de clareza na exposição de argumentos que fundamentem o uso da TRS nos EO; (2) apresentação de argumentos contraditórios para justificar a utilização da TRS nos EO; (3) tratamento equivocado dos objetos representacionais; (4) adaptação do conceito de RS, comprometendo o uso da TRS; e (5) utilização da TRS como metodologia.

O primeiro aspecto refere-se à falta de clareza e mesmo à apresentação de argumentos contraditórios para fundamentar o uso da TRS nos EO. Como forma de ilustração, apresenta-se a utilização desses argumentos contraditórios presentes no artigo P10, publicado em 2008. Para os autores do artigo em questão, as RS vêm sendo estudadas nos EO no plano epistemológico e raramente são examinadas como objeto teórico. Os autores exemplificam que os estudos sobre as RS desenvolvidos no campo das ciências sociais não influenciaram a produção em administração ou em EO. Por essa razão, os estudos das RS no âmbito teórico se mantiveram situados no campo das ciências sociais, sobretudo na sociologia e na antropologia francesa, com os trabalhos fundadores de Serge Moscovici. Continuam argumentando que, pelo fato de inexistirem trabalhos sobre a TRS nos EO, as referências utilizadas seriam do campo das ciências sociais de origem francófona.

Observa-se nesses argumentos a falta de clareza de definir o que se pretende dizer com os termos *plano epistemológico* e *objeto teórico*. Essa aparente obscuridade pode indicar, por parte dos autores, uma posição de defesa de quem aparentemente não domina os fundamentos e a evolução da TRS. De fato, a TRS situa-se nas ciências sociais, porém, mais especificamente na psicologia social francesa (e em oposição à psicologia social norte-americana) e expandiu-se para outras áreas das ciências sociais (SÁ, 1998; ALMEIDA, 2009). Ao se expandir para outras áreas, a TRS alcançou os EO e, desde 2008, vem ampliando o número de publicações, inclusive com a presença de autores pertencentes aos EO com publicações em eventos e em periódicos como, por exemplo, Alexandre de Pádua Carrieri, Neusa Rolita Cavedon, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo e Monica Carvalho Alves Cappelle. A presença da TRS junto aos EO já é uma realidade, porém, uma realidade ainda em construção e que carece, por parte dos autores, de maior aprofundamento das questões teóricas, metodológicas e epistemológicas sobre a TRS.

No segundo aspecto que está relacionado aos argumentos apresentados para justificar a utilização da TRS nos EO, observa-se a presença de uma inconsistência teórica em 2 textos (artigos P5 e P15, publicados em 2008 e 2009, respectivamente), em que os autores justificaram o uso da TRS com base na percepção. Aparentemente, combinar TRS e percepção representa um equívoco paradigmático, uma vez que, enquanto a TRS envolve a compreensão da realidade social a partir das interações sociais em uma perspectiva construcionista (PHILOGENE, 2011; ARRUDA, 2011), a percepção consiste na resposta imediata em nível individual aos estímulos externos pelos órgãos dos sentidos (BARTLEY, 1981).

Isso implica dizer que a percepção considera uma realidade que é exterior ao indivíduo e que esse processo é temporal, uma vez que o cérebro humano utiliza a entrada desses estímulos de acordo com seu estado momentâneo, que varia de tempos em tempos. Com isso, pode-se dizer que o conceito de percepção não pode ser confundido com os conceitos de conhecimento e de compreensão (característicos da TRS), já que estes dois últimos se desenvolvem por uma lógica em que não há limite temporal (BARTLEY, 1981).

O terceiro aspecto refere-se aos objetos representacionais. Nos textos analisados, foi possível identificar posicionamentos questionáveis do ponto de vista da própria TRS. No artigo P23, publicado em 2011, os autores defendem que definir *a priori* o objeto de investigação engessa o sujeito, na medida em que se rouba do sujeito sua autonomia de escolha do objeto e sua associação a dada representação. Aparentemente, os autores confundem a relação entre o sujeito e o objeto presente na teoria interacionista de Vygotsky (2007) com o conceito de objeto representacional (SÁ, 1998). Na perspectiva de Vygotsky

(2007), em um processo de pesquisa, o sujeito é o pesquisador que se propõe, por escolhas próprias, a investigar dado objeto de conhecimento. Esse objeto de conhecimento para a TRS configura-se como o objeto representacional que envolve a representação de alguma coisa para dado sujeito (JODELET, 2001; SÁ, 1998). Isso não implica dizer que o pesquisador, ao definir um objeto representacional e um sujeito para ser investigado, deixa de considerar o sujeito em sua totalidade e que este não represente socialmente outros objetos, como aponta Moscovici (2009). Avançando nessa questão, Martins-Silva (2009) destaca que o objeto representacional nunca está isolado, pelo contrário, está inserido em um contexto mais amplo, identificado pela autora como um sistema representacional que sofre a influência de diversos objetos.

O quarto aspecto refere-se à alteração do conceito de RS, como foi o caso do artigo P5, publicado em 2008. No texto, os autores fazem uma adaptação reducionista ao conceito de RS de Serge Moscovici, reduzindo-o apenas ao componente *valor*. Esse é um posicionamento que empobrece e descaracteriza as RS e a própria a TRS. Como aponta Jodelet (2001), as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Para a autora, é em sua riqueza como fenômeno que se descobrem diversos elementos (tais como, cognitivos, normativos, crenças, valores, atitudes, imagens etc.) organizados sempre sob a forma de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. Para Jodelet (2001, p. 21) é exatamente essa "totalidade significante que, em relação com a ação, encontra-se no centro da investigação científica, a qual atribui como tarefa descrevê-la, analisá-la e explicá-la em suas dimensões, formas, processos e funcionamento".

Visto dessa forma, reduzir as RS apenas ao conceito de *valor* significa que os autores abandonam o conceito de RS e a própria TRS para investigar uma realizada a partir de uma lente mais simplista, também capaz de fazer parte de um processo de investigação científica. Em outros termos, ao simplificar o conceito de RS, os autores abandonaram a concepção de fenômeno complexo apontada por Jodelet (2001).

Ainda em relação ao quarto aspecto, no artigo E3, publicado em 2006, observa-se a utilização de conceitos equivocados. Segundo a autora, as RS são uma resultante da combinação entre representações individuais e representações coletivas. Colocado de outra forma, para a autora, o entendimento das RS requer a mescla de concepções que o sujeito tem de si e as concepções que a sociedade tem sobre ele. Considerando, por exemplo, a concepção de RS de Moscovici (2012), pode-se verificar o equívoco conceitual. Como aponta Moscovici (2012), as RS não são criadas por um indivíduo isoladamente, mas compartilhadas coletivamente e reforçadas pela tradição, constituindo uma realidade social *sui generis*.

O quinto e último aspecto refere-se à utilização da TRS como metodologia. Nos artigos P22 (2003), E7 (2008), E10 (2008), E28 (2009), E25 (2010), P7 (2012), P11 (2012) e P16 (2013), observou-se que os autores fazem uso da TRS como um método. No artigo E7, os autores indicam que escolheram as RS como método de análise por permitir uma forma de análise hermenêutica norteada por pressupostos metodológicos construtivistas. Nos artigos P7 e P16, os autores consideram o uso das RS uma aplicação de metodologia de pesquisa a uma temática de conteúdo associado à administração. Nos artigos P11 e P22, os autores enfatizam que recorreram à abordagem teórico-metodológica das RS para regatar representações produzidas por diferentes atores sociais no cotidiano de um grupo familiar.

Confundir teoria com método é uma armadilha na qual muitos pesquisadores caem no campo autônomo da prática científica. Como apontam Bruyne, Herman e Schoutheete (1991) a prática científica possui quatro polos que não se configuram como momentos separados da pesquisa, mas como aspectos particulares de uma mesma realidade de produção discursiva e de práticas de pesquisa.

O primeiro polo, denominado epistemológico, exerce função de vigilância crítica da prática científica. O segundo é o polo teórico, que guia a construção de conceitos e a formulação sistemática dos objetos científicos. O terceiro polo é o morfológico, que consiste na instância que enuncia as regras de estruturação, de formação do objeto científico, impondo-lhe ordem entre seus elementos. O quarto e último polo é o técnico, que controla os procedimentos de coleta e análise de dados, de forma a permitir a confrontação dos dados com a teoria que os suscitou (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1991).

Sob essa perspectiva, é inconcebível confundir teoria (polo teórico) com método (polo técnico). A TRS, notadamente concebida e adotada na psicologia social como uma teoria, admite articular diversos procedimentos metodológicos, como apontado por Wagner, Duveen, Farr et al. (1999) e Nascimento-Schulze e Camargo (2000), entre outros. Caso a TRS fosse um método, ela assumiria a condição de modo de investigação e, dessa forma, teria o papel de indicar escolhas práticas por meio das quais os pesquisadores poderiam optar com o objetivo de articular os fatos empíricos na prática científica (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início dos anos 2000 vem se observando a evolução da utilização da TRS nos EO sem, contudo, saber-se de forma mais detalhada como vem ocorrendo essa utilização. Por meio desta pesquisa bibliométrica, realizada com os eventos científicos organizados pela ANPAD e os periódicos classificados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis Capes para a área Administração, Ciências Contábeis e Turismo relacionados aos EO, foi possível mapear essa evolução. No período investigado, que compreendeu os anos de 2001 a 2014, foram identificados 90 artigos publicados em 7 eventos (no total de 27 edições) e 23 artigos publicados em 6 periódicos (O&S, RAC, RAE/FGV, RAM, CEBAPE/FGV e RAUSP). Desse total, 83 tinham natureza teórico-empírica e apenas 7 eram de natureza teórica.

Como síntese dos resultados, pôde-se observar que a evolução da utilização da TRS nos EO passou por pelo menos dois momentos distintos: (1) um que vai de 2001 a 2007, onde se observa a publicação de 18 artigos, gerando uma média de 2,5 artigos por ano; e (2) outro de 2008 a 2014, que totalizou a publicação de 72 artigos, alcançando uma média de 10,3 artigos por ano. A análise comparativa desses resultados com os de outros estudos semelhantes sobre a utilização da TRS na área da saúde, da enfermagem e da psicologia, entre outros (RUMMLER, 2007; SILVA, MARTINI e BECKER; 2011; WACHELKE, MATOS, FERREIRA et al., 2015), indica que o uso da TRS nos EO ainda é incipiente, porém, revela-se uma teoria relevante para a compreensão dos fenômenos organizacionais.

Por ser considerada incipiente, foi identificado nos artigos investigados que os autores utilizam a TRS de forma superficial, sem explorar o potencial que a teoria proporciona para a compreensão dos fenômenos sociais (JODELET, 2001), que inclui os fenômenos organizacionais. Além disso, foi possível constatar nos artigos investigados algumas inconsistências teóricas e metodológicas no uso da TRS, merecendo destaque o tratamento equivocado dos objetos representacionais; a simplificação do conceito de RS, comprometendo o uso da TRS; e a utilização da TRS como método de pesquisa.

De forma geral, os textos investigados se preocuparam mais com a identificação das RS dos objetos estudados sem, contudo, explorar seu potencial por meio do teste da teoria ou mesmo de um aprofundamento teórico que possibilite contribuições nos polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1991) à TRS. A falta de discussões teóricas mais aprofundadas pode levar a produções científicas que busquem, de forma instrumental, apenas aplicar os conceitos e as metodologias propostas, sem gerar novas reflexões e um posicionamento crítico em relação à própria TRS. Assim, a utilização da TRS de forma superficial e instrumental pode promover a estagnação da teoria no campo dos EO. Essa ausência de crítica parece ser um contrassenso em relação à própria essência dos EO, cujo surgimento deu-se em razão das críticas assumidas em relação à administração e seus pressupostos modernistas (SOUZA, SALDANHA e ICHIKAWA, 2004).

Aparentemente, características semelhantes a essa também ocorreram no campo da psicologia social quando surgiram os primeiros estudos sobre a TRS. Naquela época, os primeiros pesquisadores focaram mais na aplicação instrumental da teoria. Entretanto, com o passar dos anos, novos pesquisadores foram sendo incorporados ao campo, alguns apoiando a teoria (JODELET, 2001; DOISE, 2002; ABRIC, 2000; JOVCHELOVITCH, 1996) e outros assumindo um posicionamento crítico (HARRÉ, 1984; POTTER e LITTON, 1985; JAHODA, 1988; POTTER e EDWARDS, 1999), provocando um debate que contribuiu para que a psicologia social evoluísse e amadurecesse com estudos e pesquisas em TRS de forma mais consistente e robusta (JODELET, 2001). Nesse sentido, pode-se inferir que a evolução da utilização da TRS nos EO depende, pelo menos em parte, de que seja assumido um posicionamento mais crítico e reflexivo acerca da teoria e não um mero posicionamento instrumental.

Isso posto, para fomentar estudos futuros e o fortalecimento da TRS no campo dos EO, é imprescindível levar em consideração os motivos que tornam o estudo da teoria relevante, como aponta Valentim (2013). O primeiro motivo refere-se ao fato de que a TRS possui uma estreita relação com ciências importantes, como sociologia, história e antropologia, que possibilita o trabalho com questões societais que vão além dos níveis intra e interindividual. Em seguida, pelas suas particularidades no estudo do senso comum, ou seja, por meio da concepção de que há um metassistema de regulações sociais que influencia o sistema do funcionamento cognitivo. O terceiro fator está relacionado ao papel da TRS como *a grande teoria* que norteia os trabalhos em RS por meio de princípios gerais, mas sem exaurir todas as possibilidades teóricas, deixando espaço para estudos posteriores. E, finalmente, o último motivo é seu papel nas transformações sociais, possibilitando tanto a mudança das RS quanto permitindo o entendimento de como ocorrem os processos de mudança social.

Os resultados da pesquisa, bem como as análises realizadas, permitem a propositura de pelo menos duas agendas de pesquisa e/ou de reflexões, quais sejam, uma teórica e metodológica e outra voltada para a prática de pesquisa. Em termos da agenda de reflexão teórica e metodológica, torna-se relevante que pesquisadores dos EO reconheçam a TRS como uma teoria e não como um método. Como teoria, a TRS é uma forma de conhecimento social que contribui para a construção da realidade comum a um sistema social (JODELET, 2001) e que permite ao pesquisador compreender processos que geram e mantêm RS vivas na interação social, bem como compreender questões estruturais das RS que são compartilhadas no nível cognitivo e linguístico (NASCIMENTO-SCHULZE e CAMARGO, 2000). Nesse sentido, a utilização da teoria como forma de compreensão dos fenômenos sociais e organizacionais requer a adoção de abordagens metodológicas diversas e compatíveis com a complexidade dos fenômenos sob investigação (NASCIMENTO-SCHULZE e CAMARGO, 2000; WAGNER, DUVEEN, FARR et al., 1999; SOTIRAKOPOULOU e BREAKWELL, 1992; FLICK, 1992).

Em termos da prática de pesquisa, sugere-se que os pesquisadores dos EO interessados em compreender os fenômenos organizacionais por meio da TRS definam a concepção de objeto representacional ao estabelecer a relação entre o sujeito (quem representa) e o objeto (fenômeno social) (SÁ, 1998). É a partir dessa concepção que os pesquisadores poderão avaliar a complexidade do fenômeno para definir, em um primeiro momento, o tipo de abordagem da TRS a ser utilizada (ARRUDA, 2002; SÁ, 1996; DOISE, 1993; ALMEIDA, 2005; MARKOVÁ, 2000; 2006; 2008); e, em um segundo momento, definir a abordagem metodológica, bem como o método de investigação e os procedimentos para a coleta e para a análise de dados (TRIVIÑOS, 2009, CRESWEL, 2010, YIN, 2015, BABBIE, 2005; DENZIN, 2009).

Enfim, apontam-se como limitações centrais deste estudo: (1) o período de 14 anos de investigação; (2) as bases de dados consultadas, que se restringiram aos eventos da ANPAD e aos periódicos classificados nos estratos A2 e B1 do Qualis/Capes vinculados ao campo dos EO; (3) as 7 categorias de análise investigadas; e (4) as publicações brasileiras. Portanto, indica-se como possibilidade de novas pesquisas uma seleção mais ampla de artigos que envolvam eventos e periódicos de outros estratos, áreas de conhecimento do Qualis/Capes ou mesmo de outras fontes de divulgação de artigos científicos. Também é recomendável a ampliação da abrangência temporal e das categorias de análise, que podem incluir, por exemplo, a investigação de redes de relacionamento de pesquisadores por meio de estudos sociométricos.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social.** 2. ed. Goiânia: AB, 2000. 27-38 p.

ALCADIPANI, R.; CALDAS, M. P. Americanizing Brazilian management. **Critical Perspectives on International Business**, v. 8, n. 1, p. 37-55, 2012.

ALMEIDA, A. M. O. A pesquisa em representações sociais: proposições metodológicas. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. (Org.). **Diálogos com a teoria da representação social.** Recife: Ed. UFPE, 2005. 117-160 p.

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.

AMORIM, A. L. M.; BRÜNING, C. A influência de Maurício Tragtenberg na obra da primeira geração de pesquisadores nos estudos organizacionais críticos brasileiros. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, p. 478-492, 2015.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e as teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.

ARRUDA, A. Representações sociais: dinâmicas e redes. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais:** 50 anos. Brasília, DF: Technopolitik, 2011. 335-369 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ANPAD. 2016. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/index.php>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de *survey*.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BARNARD, C. I. **As funções do executivo.** São Paulo: Atlas, 1979.

BARTLEY, S. H. V. Perception. **Perceptual and Motor Skills**, v. 53, p. 966, 1981.

BASTOS, A. V. B. et al. Conceito e perspectivas de estudo das organizações. In: CANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 73-108 p.

BOAL, K. B.; HUNT, J. J. G.; JAROS, S. J. Order is free: on the ontological status of organizations. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization:** point-counterpoint in organization studies. Oxford: Blackwell, 2003. 84-97 p.

BROWN, A. D.; COLVILLE, I.; PYE, A. Making sense of sensemaking in organization studies. **Organization Studies**, v. 37, n. 3, p. 265-277, 2015.

BRUYNE, P. D.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. D. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais:** os polos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis:** elements of the sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Organizations, organization and organizing. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). **Handbook of organization studies.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1996. 1-28 p.

CLEGG, S. R. et al. The transformative power of network dynamics: a research agenda. **Organization Studies**, v. 37, n. 3, p. 277-291, 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Documento de área 2013: administração, ciências contábeis e turismo. 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/documentos-de-area>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENZIN, N. **The research act:** a theoretical introduction to sociological methods. New Brunswick, NJ: Transaction, 2009.

DOISE, W. Debating social representations. In: BREAKWELL, G. M..; CANTER, D. V. (Org.). **Empirical approaches to social representations.** Oxford: Claredon, 1993. 157-170 p.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

EICHER, V. et al. Social representations in psychology: a bibliometrical analysis. **Papers on Social Representations**, v. 20, p. 11.1-11.19, 2011.

FARIA, J. H. **Economia política do poder.** Curitiba: Juruá. 2004. v. 2.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. 173-186 p.

FLICK, U. Combining methods: lack of methodology – discussion of Sotirakopoulou & Breakwell. **Papers on Social Representations**, v. 1, n. 1, p. 43-48, 1992.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** Brasília, DF: Plano, 2003.

GEORGE, J. M. Compassion and capitalism: implications for organizational studies. **Journal of Management**, v. 40, n. 1, p. 5-15, 2014.

GOBIRA, P.; LIMA, O.; CARRIERI; A. P. Uma "sociedade do espetáculo" nos/dos estudos organizacionais brasileiros: notas críticas sobre uma leitura incipiente. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 256-285, 2015.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HARRÉ, R. Some reflections on the concept of social representations. **Social Research**, v. 51, n. 4, p. 927-938, 1984.

HASSARD, J.; COX, J. W. Can sociological paradigms still inform organizational analysis? A paradigm model for post-paradigm times. **Organization Studies**, v. 34, n. 11, p. 1701-1728, 2013.

JAHODA, G. Critical notes and reflections on social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, n. 3, p. 195-209, 1988.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. 17-41 p.

JODELET, D. Experiência e representações sociais. In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. (Org.). **Experiência e representação social:** questões teóricas e metodológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005a. 23-56 p.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b.

JOVCHELOVITCH, S. In defense of representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 26, n. 2, p. 121-135, 1996.

LEME, M. A. V. S. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. 58-72 p.

LITTON, I.; POTTER, J. Social representations in the ordinary explanation of a 'riot'. **European Journal of Social Psychology**, v. 31, n. 4, p. 371-388, 1985.

LOIOLA, E. et al. Dimensões básicas de análise das organizações. In: CANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 109-171 p.

MARKOVÁ, I. AmÈdÈe or how to get rid of it: social representations from a dialogical perspective. **Culture & Psychology**, v. 6, n. 4, p. 419-460, 2000.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais:** as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARKOVÁ, I. The epistemological significance of the theory of social representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 38, n. 4, p. 461-487, 2008.

MARTINS-SILVA, P. O. **Vivendo casamentos, separações e recasamentos:** um estudo sobre o campo representacional da conjugalidade. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

MENDONÇA, A. P.; LIMA, M. E. O. Representações sociais e cognição social. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 2, p. 191-206, 2014.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coord.). **Teoria das organizações.** São Paulo: Atlas, 2007. 12-33 p.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. 45-66 p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 6. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOZATTO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise crítica nos estudos organizacionais: concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 503-519, 2013.

MULLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramaZero**, v. 6, n. 1, art. 1, 2005.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 287-299, 2000.

NORD, W. R. et al. Introduction. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. (Eds.). **The Sage handbook of organization studies.** 2. ed. London: Sage, 2006. 1-15 p.

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 24-46, 2016.

PHILOGENE, G. O alcance das representações sociais: impacto e ramificações. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais:** 50 anos. Brasília, DF: Technopolitik, 2011. 371-386 p.

PIMENTEL, T. D. Resenhas bibliográficas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 269-272, 2007.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Consultas: Periódicos Capes. 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

POTTER, J.; EDWARDS, D. Social representations and discursive psychology. **Culture & Psychology**, v. 5, n. 4, p. 445-456, 1999.

POTTER, J.; LITTON, I. Some problems underlying the theory of social representations. **British Journal of Social Psychology**, v. 24, n. 2, p. 81-90, 1985.

PUGH, D. S.; HICKSON, D. J. **Writers on organizations.** 5. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

RÄTY, H.; SNELLMAN, L. Making unfamiliar familiar: some notes on the criticism of the theory of social representations. **Papers on Social Representations**, v. 1, n. 1, p. 3-13, 1992.

REED, M. Organizational theorizing: a historically contested terrain. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). **Handbook of organization studies.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1996. 31-56 p.

REED, M. **Sociologia da gestão.** Oeiras: Celta, 1997.

RUMMLER, G. Fontes teóricas sobre representações sociais: um perfil bibliométrico de textos citados em periódicos científicos nacionais da área de saúde. **Interface**, v. 11, n. 23, p. 637-646, 2007.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SILVA, A. M. F.; MARTINI, J. G.; BECKER, S. G. A teoria das representações sociais nas dissertações e teses em enfermagem: um perfil bibliométrico. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 294-300, 2011.

SILVA, E. R.; TOLEDO, D. A. C. As contribuições de Robert Cooper para o debate sobre ontologia organizacional. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 116-134, 2016.

SOTIRAKOPOULOU, K. P.; BREAKWELL, G. M. The use of different methodological approaches in the study of social representations. **Papers on Social Representations**, v. 1, n. 1, p. 28-38, 1992.

SOUZA, P. R. B.; SALDANHA, A. N. K.; ICHIKAWA, E. Y. Teoria crítica na administração. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, v. 11, n. 3, p. 1-19, 2004.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS,

M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais:** 50 anos. Brasília, DF: Technopolitik, 2011. 101-121 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. **Análise Social**, v. 28, n. 4-5, p. 887-919, 1993.

VALENTIM, J. P. Que futuro para as representações sociais? **Psicologia e Saber Social**, v. 2, n. 2, p. 158-166, 2013.

VOELKLEIN, C.; HOWARTH, C. A review of controversies about social representations theory: a British debate. **Culture & Psychology**, v. 11, n. 4, p. 431-545, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WACHELKE, J. F. R. Índice de centralidade de representações sociais a partir de evocações (INCEV): exemplo de aplicação no estudo da representação social sobre envelhecimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 1, p. 102-110, 2009.

WACHELKE, J. F. R. et al. Um panorama da literatura relacionada às representações sociais publicada em periódicos científicos. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 309-325, 2015.

WAGNER, W. et al. Theory and method of social representations. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 2, n. 1, p. 95-125, 1999.

WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization:** point-counterpoint in organization studies. Oxford: Blackwell, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Priscilla de Oliveira Martins-Silva

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora do DADM/UFES. E-mail: priscillamartinssilva@gmail.com / priscilla.silva@ufes.br

Annor da Silva Junior

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor do DCC/UFES. E-mail: annorsj@gmail.com / annor.silva@ufes.br

Guilherme Gustavo Holz Peroni

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Técnico-administrativo no DGI/PROPLAN/UFES.
E-mail: gustavoperoni@hotmail.com

Carolina Porto de Medeiros

Graduada em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Bolsista de Iniciação Científica no DADM/UFES.
E-mail: carolinaportom@hotmail.com

Nádia Ortolan da Vitória

Graduada em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Bolsista de Iniciação Científica no DADM/UFES.
E-mail: nadia.ufes@gmail.com